

# Relatório e Contas 2012



## **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**

### **Relatório e Contas 2012**

**25 de fevereiro de 2013**

*M*

*[Handwritten signature]*



## CORPOS SOCIAIS DA EDM

(Mandato 2010-2012)

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretário – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

### Conselho de Administração

Presidente – Rui da Silva Rodrigues

Vice-Presidente – Mário Jorge Ferreira Guedes

Vogal – José Manuel Gaspar Nero

### Fiscal Único

ROC – “RSM – Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva

ROC Suplente – Alberto Arnauth Ribeiro

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979

Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º dtº – 1070-248 LISBOA

Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44

*MCE*  
*M*  
*X*



## Índice

Mensagem do Presidente .....	5
Relatório do Conselho de Administração .....	8
I. Envolvente Externa.....	9
1.1. Conjuntura macroeconómica internacional .....	9
1.2. Envolvente setorial .....	12
II. Análise global - Síntese .....	18
III. Atividades desenvolvidas .....	21
3.1. No domínio técnico ambiental .....	21
3.1.1. Concessão .....	21
3.1.2. Outras atividades no domínio ambiental.....	25
3.1.3. Outros acontecimentos e iniciativas .....	27
3.2. No domínio dos recursos minerais.....	28
3.2.1. Atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento .....	28
3.2.2. Atividades de valorização e aproveitamento económico.....	42
3.2.3. Acompanhamento de iniciativas no exterior .....	45
3.2.4. Outras atividades .....	48
3.3. Atuações Diversas .....	48
3.3.1. Protocolo DGEG/EDM .....	48
3.3.2. Stock urânio.....	50
3.3.3. Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeirica .....	50
3.4. Participada EDM-Empresa de Projetos Imobiliários .....	50
IV. Recursos Humanos .....	52
V. Situação Económica e Financeira .....	53
VI. Sociedade e Governance .....	56
6.1. Governo da Sociedade.....	56
6.1.1. Missão, objetivos e políticas da empresa .....	56
6.1.2. Regulamentos internos e externos .....	57
6.1.3. Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas.....	57
6.1.4. Informação sobre outras transações .....	57
6.1.5. Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais .....	58
6.1.6. Remunerações dos membros dos órgãos sociais.....	60
6.1.7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental .....	64
6.1.8. Avaliação do grau de cumprimento dos princípios do bom governo .....	68
6.1.9. Código de Ética.....	69
6.1.10. Informação sobre a existência de sistema de controle compatível com a empresa.....	69
6.1.11. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflito de interesses .....	70
6.1.12. Explicação da divulgação da informação prevista na RCM nº 49/2007 .....	70



MS  
P

6.2.	Cumprimento das orientações legais.....	71
6.2.1.	Cumprimento de orientações e objetivos de gestão.....	71
6.2.2.	Gestão do risco financeiro .....	72
6.2.3.	Evolução do prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos .....	73
6.2.4.	Deveres especiais de informação .....	74
6.2.5.	Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2011.....	74
6.2.6.	Remunerações .....	75
6.2.7.	Aplicação do artº 32º do Estatuto do Gestor Público .....	75
6.2.8.	Orientações relativas a normas de contratação pública.....	76
6.2.9.	Racionalização das políticas de aprovisionamento .....	76
6.2.10.	Princípio da Igualdade do Género.....	76
6.2.11.	Plano de redução de custos para 2012.....	76
6.2.12.	Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes .....	77
6.2.13.	Princípio da unidade de tesouraria .....	78
6.2.14.	Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas.....	78
6.2.15.	Cumprimento das obrigações legais – Quadro Síntese .....	78
VII.	Perspetivas Futuras .....	80
VIII.	Proposta de Aplicação de Resultados .....	84
IX.	Agradecimentos .....	85
	Contas do Exercício de 2012 .....	86
	Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012.....	92

MCs  




## Mensagem do Presidente

Durante o ano de 2012 prosseguiram-se as linhas de orientação definidas anteriormente que focavam a atividade da empresa em duas áreas estratégicas: a **área técnico-ambiental** incidindo na recuperação ambiental das minas degradadas e abandonadas e a **área dos recursos minerais** orientada para o reforço do conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos geológicos tanto no território nacional como no exterior.

Estas linhas de desenvolvimento da EDM encontram enquadramento estratégico nas **iniciativas do governo** relacionadas com os recursos geológicos, de que se relevam:

- o reconhecimento da importância do setor mineiro no Relatório do Orçamento de Estado para 2013, onde expressamente se refere que será reforçada a política de dinamização da prospeção e exploração de recursos geológicos, promovendo o crescimento sustentado do setor, o aumento das exportações e a criação de emprego;
- a Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2012 de 11 de setembro que aprova uma “Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos”, com o horizonte de 2020 e que constitui o referencial para todas as intervenções públicas que incidam sobre os recursos geológicos;
- e a assinatura em 21 de agosto de 2012 do contrato que estabelece a prorrogação do contrato de concessão por mais 4 anos, o que vem consolidar em termos formais a atividade da EDM na “Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas”, ao abrigo do disposto no decreto-lei nº 198/A/2001, de 6 de julho.

A atuação desenvolvida durante o ano incidiu nas duas vertentes seguintes:

- No **domínio técnico-ambiental** prosseguiram os investimentos nos projetos de remediação ambiental previstos nas candidaturas aprovadas pelo QREN (POVT), conforme orientações do concedente, que ascenderam a cerca de 8,2 milhões de euros. Globalmente e no que se refere à concessão o investimento realizado, acumulado desde 2001, totaliza cerca de 62 milhões de euros.

Ainda durante o ano foi possível garantir a assinatura do contrato que estabelece a prorrogação do contrato de concessão por mais 4 anos, o que possibilitará a consolidação das atuações em curso e o adequado aproveitamento dos fundos comunitários para o efeito disponibilizáveis.

Refira-se, nesta vertente, o envolvimento ativo da EDM nos trabalhos referentes à preparação do Novo Quadro Estratégico Europeu 2014-2020, designadamente no que respeita ao novo instrumento enquadrador do futuro período de programação (Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia), no qual a EDM propôs a inclusão de uma ação específica para a recuperação ambiental das minas degradadas e abandonadas integrada no objetivo temático 6 – “Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos”, que proporcionasse a continuação do programa atual.

- No **domínio dos recursos minerais** salienta-se o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa que incidiram nas 3 áreas contratadas com o Estado: *Pingarela* no concelho de Bragança e Vinhais (minerais do grupo da platina), *Argozelo* no concelho de Bragança e Vimioso (estanho e volfrâmio), e *Monte das Mesas* no concelho de Aljustrel (cobre e zinco)

Em projetos numa fase de desenvolvimento mais avançado sublinhe-se o envolvimento com a Almada Mining, Lda, no consórcio a foi atribuída a área de Jales/Gralheira (ouro) e com a Almina no consórcio de valorização do Gavião (cobre e zinco), além do acompanhamento formal do projeto da Somincor na Semblana no quadro do Acordo de Parceria de 2005.

Registam-se, também, os contatos com a República de Moçambique no quadro do Protocolo de cooperação entre a EDM e a EMEM – Empresa Moçambicana de Exploração Mineira que possibilitou a identificação de 3 áreas para prospeção: - Tambara (Manica), Natala (Cabo Delgado) e Mugulama (Zambézia), processo que muito beneficiou da participação da EDM na missão do Senhor Secretário de Estado da Energia àquele país, realizada durante o ano.

Ainda no âmbito dos recursos minerais e com o objetivo de promover a captação de investidores para parcerias com a EDM no setor mineiro, regista-se a participação na missão do Senhor Secretário de Estado da Energia ao Japão ocorrida no final do ano.

Outro fato relevante a registar refere-se à **transferência dos concentrados de urânio para a EDM**, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 145 /2012, de 11 de julho e que de acordo com o relatório de avaliação do ROC elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais conduziu à contabilização em “Inventários de Mercadorias” do montante de €13.731.185,00 e igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” como “Prestação Acessória de Capital”.

M  
LWS  
K

Sublinhe-se o **papel institucional da DGEG** no âmbito da concessão para a recuperação das áreas mineiras degradadas bem como o contributo determinante, por via do protocolo existente, para outras ações quer na vertente “ambiental” quer na nova área dos “Recursos Minerais”.

Em **termos operacionais** a EDM, como previsto no Plano de Atividades para 2012, concretizou as orientações de contenção de custos no que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos, em que superou a meta proposta, registando uma redução de 33,99% face a 2010, mas também quanto aos encargos com pessoal através da aplicação das reduções previstas na Lei nº 12-A/2010 e na Lei nº 55-A/2010 (mantidas pela Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro) e nas normas constantes das circulares da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A empresa apresentou **resultados líquidos** de € 900.804,88, sensivelmente idêntico à previsão constante no Plano e Orçamento para esse ano (€ 928.432,00), a refletir não só o rigor e a eficiência da gestão como o empenho, profissionalismo e qualidade técnica da equipa que trabalha na empresa, e que se espera prossiga para garantir a boa realização dos trabalhos em curso, agora num quadro de atividade alargado à área dos Recursos Minerais e num contexto de contenção imposto pela difícil situação económica e financeira do país.

Aos membros do governo da tutela agradece-se a confiança e apoio que conferem estabilidade e condições de crescimento à empresa.

Aos órgãos de fiscalização e auditoria é devida uma palavra de reconhecimento pela diligência demonstrada e pelo apoio em diversas iniciativas visando melhorar o desempenho da empresa.

Rui da Silva Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração



m7  
KO  
L

# Relatório do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o **Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2012.**

MCS  
M  
/



## I. *Envolvente Externa*

### 1.1. Conjuntura macroeconómica internacional

A **Atividade Económica e o Comércio mundiais** apresentaram em 2012 taxas de crescimento moderadas, mantendo a tendência decrescente iniciada em 2010. As estimativas mais atuais apontam para acréscimos de +3,2% da Economia mundial em 2012 (face às subidas de +5,2% em 2010 e de +3,8% em 2011) e de +2,8% do Comércio mundial (face aos aumentos de +12,7% em 2010 e de +5,9% em 2011).

Nos *Países Asiáticos* a Atividade Económica manteve-se dinâmica, registando um crescimento no PIB de +6,6% (que compara com +9,5% em 2010 e +8% em 2011), com realce para a China, com uma taxa de crescimento de +7,8% (+10,4% em 2010 e +9,3% em 2011) e para a Índia, com uma taxa de crescimento de +4,5% (+9,9% em 2010 e +7,9% em 2011), ambas impulsionadas pelo comportamento positivo das respetivas procuras internas.

Na *América Latina e Caraíbas* verificou-se um crescimento do Produto de +3,0%, menos expressivo do que em 2010 (+6,1%) e em 2011 (+4,5%), com destaque para as quatro maiores economias da região: Chile (+5,8%), México (+3,8%), Argentina (+2,0%) e Brasil (+1,0%).

Nos *Países da Europa Central e de Leste* a Atividade Económica enfraqueceu consideravelmente em 2012, registando um acréscimo de +1,8%, (face aos +4,5% de 2010 e +5,3% de 2011), com realce para a Rússia (+3,6%), Turquia (+2,9%) e Polónia (+2,5%).

**As perspetivas económicas para 2013 e 2014** indiciam a manutenção de um crescimento moderado da economia mundial, com ritmos diferentes consoante as regiões: os “países emergentes e em desenvolvimento” mostram-se relativamente dinâmicos graças sobretudo aos incrementos na procura interna, com crescimentos previstos para 2013 e 2014 de +5,5% e +5,9% respetivamente, enquanto nas “economias avançadas” o crescimento será bastante moderado (+1,4% para 2013 e +2,2% para 2014). As projeções mais recentes estimam para 2013 um crescimento de +3,5% do Produto mundial e de +3,8% do Comércio mundial e para 2014 uma subida de +4,1 e de +5,5% respetivamente para o Produto e Comércio mundiais. Permanece, contudo, uma elevada incerteza devido à persistência de perturbações nos mercados financeiros (associadas aos riscos da dívida soberana de uma grande maioria de países, apesar dos progressos recentes das políticas de consolidação orçamental), aos elevados níveis de desemprego, à baixa do consumo, à fraca confiança dos agentes económicos e à continuada aceleração dos preços das matérias-primas a nível global.

ms  
ms

Ainda no que respeita às Economias Emergentes é de sublinhar, face às relações preferenciais com a economia portuguesa, a evolução favorável das economias de **Angola** e de **Moçambique**, com trajetórias de crescimento expressivas em 2012 de +6,8% e +7,5% respetivamente, consolidando os incrementos alcançados em 2011 de +3,8% (Angola) e de +7,3% (Moçambique). As estimativas para 2013 e 2014 apontam para a manutenção do crescimento com taxas de +5,5% e +5,1% para Angola e de +8,4% e +8,0% para Moçambique.

**Nos Estados Unidos da América**, em 2012, a atividade económica registou um acréscimo do PIB de +2,2%, superior aos 1,8% verificados em 2011. O acréscimo do PIB em 2012 assentou fundamentalmente no comportamento favorável do investimento (+5,7%), das exportações (+3,6%) e, em menor intensidade do consumo privado (+1,9%). O facto de o desemprego ter mantido a trajetória decrescente, cifrando-se em 8,1% em 2012 (face aos 9,6% de 2010 e 8,9% de 2011), poderá influenciar o processo de recuperação, com os dados disponíveis a sugerirem que a atividade económica prosseguirá no caminho da retoma, ainda que moderada, com reflexos nas taxas de crescimento do PIB, que se estimam de +2,0% em 2013 e de +2,8% em 2014, impulsionado, também, pela evolução positiva do investimento e das exportações e em menor escala pelo consumo privado.

A **economia Japonesa** registou nova inversão na trajetória de evolução da atividade económica, tendo apresentado um acréscimo do PIB real de + 1,6%, face aos + 4,4% de 2010 e -0,8% de 2011. Esta evolução foi muito influenciada pelos acréscimos do investimento (+2,9%), do consumo publico (+2,2%) e do consumo privado (+2,1%), enquanto as exportações se mantiveram relativamente modestas (+1,0%). Para 2013 e 2014 prevê-se a manutenção da tendência de crescimento, embora com taxas mais modestas de +0,7% e +0,8% respetivamente.

**Na área Euro** a atividade económica registou, em 2012, um decréscimo do PIB de -0,4% (sendo de -0,3% na União Europeia), face aos 1,4% registados em 2011. Persistiram, à semelhança do já verificado em anos anteriores, diferenças substanciais de comportamento entre os países da área Euro, com economias a registarem acréscimos superiores à média, como sejam a Eslováquia (+2,6%), a Alemanha (+0,9%), a Finlândia (+0,7%), a Áustria (+0,6%), o Luxemburgo (+0,6%), a Irlanda (+0,5%) e a França (+0,2%). Todos os restantes países apresentaram variações negativas, menos intensas na Bélgica (-0,1%) e Holanda (-0,9%), e mais expressivas na Grécia (-6,3%), Portugal (-3,0%), Eslovénia (-2,4%), Itália (-2,2%) e Espanha (-1,3%).

Nos países da União Europeia fora da área Euro registaram-se, também, comportamentos diferenciados, com acréscimos significativos na Noruega (+3,3%) e Polónia (+2,5%) seguidos de crescimentos marginais na Suécia (+1,2%) e Dinamarca (+0,2%), tendo o Reino Unido registado uma ligeira contração (-0,1%).

M  
MO  
+

Apesar dos sinais de retoma a nível mundial, o endividamento dos países, a subida do desemprego e a necessidade de promover a consolidação das finanças públicas face às exigências dos mercados financeiros relacionadas com a dívida soberana, apontam para um crescimento reduzido, estimando-se uma variação média anual do PIB nesta área de somente +0,1% em 2013 e de +1,4% em 2014, suportada em 2013 pelo aumento exclusivo das exportações (+3,2%) e em 2014 pela conjugação das subidas das exportações (+5,2%), do investimento (+2,5%) e do consumo privado (+1%).

**A economia Portuguesa** apresentou, em 2012, uma contração de -3,0%, após o decréscimo de -1,6% registado em 2011. Este comportamento ficou a dever-se, principalmente, à redução significativa da procura interna traduzida nas evoluções desfavoráveis do investimento (-14,4%), do consumo privado (-5,5%) e do consumo público (-4,5%), cujas quedas acabaram por neutralizar os impactos do aumento das exportações (+4,1%) e da diminuição das importações (-6,9%).

A taxa média de inflação situou-se em 2,8% (face a 3,7% em 2011), acima da média da área euro (2,5%). As previsões atuais assinalam uma descida da taxa média de inflação para +0,9% em 2013 e uma ligeira subida para +1,0% em 2014.

A taxa de desemprego aumentou para +15,5%, acima dos +12,7% registados em 2011 e da taxa da zona euro (11,3%), prevendo-se um crescimento para +16,4% em 2013 e um muito ligeiro decréscimo em 2014 (+15,9%).

**As últimas projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa** apontam para uma contração da atividade económica em 2013 (-1,9%), seguida de um crescimento em 2014 (+1,3%), num contexto de redução substancial da procura interna, consequência do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos nacionais, em particular do défice orçamental e da dívida bruta. Estas perspetivas de evolução no período 2013/2014, que têm subjacente o crescimento das exportações a taxas mais modestas de +2,0% e +4,8% respetivamente em 2013 e 2014, apresentam uma elevada incerteza decorrente tanto do grau de robustez da recuperação económica mundial como da eventual necessidade de implementar medidas adicionais de consolidação orçamental para cumprir os objetivos do défice e da dívida definidos para 2013 e 2014, no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a União Europeia. Acresce, ainda, o risco resultante do impacto do processo de desalavancagem do sector bancário nas condições de financiamento da economia, que poderá traduzir-se na manutenção das atuais condições restritivas de concessão de crédito.

## INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em volume (%)										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (*)	2013 (*)	2014 (*)
Consumo Privado	2.5	1.9	1.9	2,5	1.3	-2,3	2,1	-3,8	-5,5	-3,6	0,1
Consumo Público	2.6	3.2	-1,4	0.5	0,3	4,7	0,9	-4,3	-4,5	-2,4	1,5
Investimento	2.5	-1.5	-0.7	2,6	-0.3	-8,6	-4,1	-10,7	-14,4	-8,5	2,8
Exportações de bens e serviços	4.0	2.1	8.7	7.6	-0.1	-10,9	8,8	7,2	4,1	2,0	4,8
Importação de bens e serviços	6.7	3.5	5.2	5,5	2.3	-10,0	5,4	-5,9	-6,9	-3,4	3,5
Produto Interno Bruto (PIB)	1.5	0.9	1,4	2,4	0.0	-2.9	1,4	-1,6	-3,0	-1,9	1,3

Fonte: Banco de Portugal

(\*) últimas estimativas disponíveis (BP)

**1.2. Envolvente setorial**

A indústria mineira manteve em 2012 a seu posicionamento geral na economia mundial, podendo ser considerado como mais uma etapa do atual ciclo do setor, que foi iniciado em 2004, caracterizado por elevadas cotações das diversas matérias-primas.

O ano de 2012 caracteriza-se pela constância de movimentos já registados anteriormente, nomeadamente no que se refere às cotações, lucros generalizados, investimentos em prospeção e novos projetos, consolidação das empresas e fenómenos sociais e políticos (nacionalismo de recursos). No entanto foi realizado um ajuste em muitos projetos mineiros, situação fruto, não de uma deterioração das condições de investimento ou de mercado, mas sim de um exagerado otimismo, do qual a indústria sofreu nos últimos anos.

**Prospeção**

Em termos de prospeção 2012 foi mais um ano de elevados investimentos, mantendo-se a tendência de fortes aumentos, tendo o valor na prospeção de metais não ferrosos atingido 18 mil milhões de dólares, embora com uma alteração no perfil dos investidores, com as "empresas juniores" a deterem uma menor preponderância neste tipo de investimento, ocupando as empresas produtoras uma maior responsabilidade nesta fase mineira.

Empresas de prospeção continuaram a expandir a sua atividade em termos globais, com a prospeção planeada para 129 países em 2012, contra 121 em 2011. A indústria também não mostrou qualquer sinal de recuo face ao elevado risco político que existe em alguns países, mantendo uma perspetiva agressiva. Em contraste, os investimentos destinados à prospeção nos países de mineração mais desenvolvida, como o Canada e a Austrália, revelaram uma queda em 2012. No entanto, o Canadá e a Austrália mantiveram os primeiros dois lugares, como destino do investimento em prospeção, seguido pelos Estados Unidos, México e Chile.

7  
119  
7

A proporção dos investimentos dedicados à primeira fase da prospecção mineral (greenfield projects) atingiu um novo mínimo histórico em 2012, em grande parte devido à estagnação e em alguns casos decréscimo dos orçamentos das “empresas júnior”, ao passo que os investimentos em projetos mais desenvolvidos tiveram um forte incremento.

### **Atividade Mineira**

A mineração continua a ser uma das indústrias menos concentradas a nível mundial, com a existência de uma elevada dispersão de empresas com quotas de mercado relativamente reduzidas. No entanto o fenómeno de concentração já se iniciou com a ocorrência de variadas fusões e aquisições, das quais o destaque vai para a fusão entre as suíças Glencore e Xtrata, que criará a quarta maior empresa mineira do mundo, e cujo processo deverá concretizar-se em 2013.

No ano de 2012 muitas empresas do setor da mineração registaram impactos financeiros negativos nos projetos em desenvolvimento, provenientes de uma expectativa exagerada que não levou em conta a desaceleração dos preços das matérias-primas e do generalizado aumento de custos operacionais.

Empresas como a Rio Tinto, Kinross Gold Corp, BHP Billiton (BHPB), Newmont Mining Corp e Xstrata registaram variadas baixas nos ativos, a longo de 2012. A Kinross anunciou uma imparidade no valor de 2,94 mil milhões dólares, relacionados com o seu problemático projeto de ouro de Tasiast, situado na Mauritânia, e na mina de ouro Chirano no Equador. Por seu lado a gigante BHP Billiton registou uma imparidade de 3,3 mil milhões dólares fruto da revisão do valor dos seus projetos de gás de xisto (Fayetteville) e dos ativos mineiros de níquel. A Xstrata teve uma imparidade de 808 milhões dólares, devido principalmente à sua participação de 25% na Lonmin, e da Energia Austral (empreendimento hidroelétrico em consorcio no Chile) e do encerramento de sua mina de zinco de Brunswick, no Canadá. A Newmont anunciou uma imparidade de 1,6 mil milhões de dólares relacionados com o projeto de ouro de Hope Bay, no Ártico canadense em fevereiro e, desde então, informou que planeia vender o projeto. A Rio Tinto teve a maior imparidade, com uma diminuição de 8,9 mil milhões dólares, causada pela diminuição dos lucros registados em 2011 e fruto da queda do valor dos negócios de alumínio da Alcan que comprou em 2007 por 38 mil milhões.

Houve também uma série de cortes de investimento. A Rio Tinto e a BHP Billiton adiaram os investimentos de expansão dos megaprojetos, com a BHP a adiar em quatro anos a expansão de Olympic Dam (valorizado em 20 mil milhões de dólares), ao mesmo tempo que a Rio Tinto reduziu o investimento em Olympic Dam em 5 mil milhões de dólares. A Barrick Gold congelou o investimento de 6,7 mil milhões dólares na mina de ouro de Donlin, o projeto de cobre de Cerro Casale localizado

→  
MD  
+2

no Chile, para além de adiar a mina de Pascua Lama, por mais um ano. Os produtores de minério de ferro Fortescue Metals e a brasileira Vale registaram um corte 1,7 e 1,2 mil milhões de dólares respetivamente. Um dos maiores acontecimentos do ano foi a disputa de bilhões de dólares entre a Anglo American e a Codelco, propriedade do estado Chileno, em virtude dos direitos de opção relacionados com alguns ativos, cujo término ocorreu em Agosto de 2012 através de um acordo extrajudicial.

### Riscos à Mineração

A evolução do setor e a respetiva estrutura foi absolutamente notável na última década, passando de uma indústria com elevados problemas de rentabilidade e de angariação de capital, para um setor com os EBITDA dos mais elevados do mundo e com uma enorme liquidez para novos projetos.

Esta alteração e expansão trouxe naturalmente uma enorme mudança, também ao nível dos principais riscos à mineração, com os aspetos relacionados com as atividades dos Estados e ter uma maior envolvência, quer através de via direta (nacionalismo dos recursos, infraestruturas) quer por via indireta (políticas de educação e corrupção).

Top ten risks over five years	
2008	2012
01 Skills shortage	01 Resource nationalism
02 Industry consolidation	02 Skills shortage
03 Infrastructure access	03 Infrastructure access
04 Maintaining a social license to operate	04 Cost inflation
05 Climate change concerns	05 Capital project execution
06 Rising costs (cost inflation)	06 Maintaining a social license to operate
07 Pipeline shrinkage	07 Price and currency volatility
08 Resource nationalism	08 Capital management and access
09 Access to secure energy	new Sharing the benefits
10 Increased regulation	10 Fraud and corruption

*Remained in the top 10 over 5 years*

#### ***Evolução dos riscos à mineração, de acordo com a Ernest & Young***

O "Nacionalismo dos Recursos" e a gestão dos stakeholders (governos, comunidades locais, trabalhadores, etc.) mantem a atenção das empresas mineiras, acompanhando assim a crescente complexidade e sofisticação da indústria.

Nacionalismo de recursos é sempre um tema sensível, independentemente do país onde ocorre.

M  
MG  
J

Em julho, a Austrália implementou o seu imposto de renda sobre Recursos Minerais (MRRT) - um imposto de 30% sobre o carvão e minério de ferro de empresas cujo volume anual de lucros supere 78 milhões de dólares. Em outubro, o governo australiano foi forçado a vir a público defender o imposto após a aplicação do mesmo não ter provocado qualquer tipo de aumento de receita nos três primeiros meses de sua existência. O governo atribuiu o mau resultado à queda no minério de ferro e nos preços do carvão, mas manteve a posição que o imposto iria fornecer US\$ 9 mil milhões de dólares de receita para o governo australiano nos próximos quatro anos. O continente africano teve igualmente influência nas questões relacionadas com o tema da nacionalização com propostas de aumento da participação local nos lucros da mineração. O Quênia aprovou um regulamento para aumentar as exigências de propriedade local em pelo menos 35% para as empresas que possuem projetos de mineiros no país. A República Democrática do Congo também revelou planos para aumentar participações governamentais em projetos de 5% a 35%. No início do ano, o Zimbábue começou a aplicar a sua legislação de indigenização (51%) - o Economic Empowerment Act foi convertido em lei em abril de 2008.

### Cotações

Os metais não ferrosos mantiveram um nível de cotação bastante elevado, com algumas flutuações causadas principalmente pela instabilidade registada ao nível dos mercados europeus:

- O **cobre** esteve sujeito a uma forte pressão com uma oscilação anual que se situou entre os 7400 US\$/ton e os 8600 US\$/ton.
- O **estanho** manteve a ascensão registada desde finais 2010 e início de 2011 estabilizando a cotação em torno dos 22.000 \$/ton. Como principais fatores condicionantes mantem-se as incertezas com o fornecimento proveniente do sudoeste asiático que continua a sofrer uma forte pressão proveniente das exigências ambientais dos governos locais.

17  
111  
+



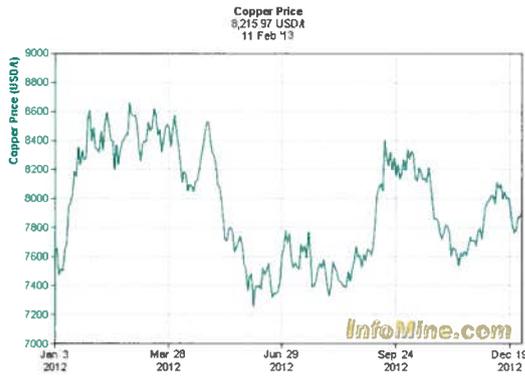


Gráfico 1

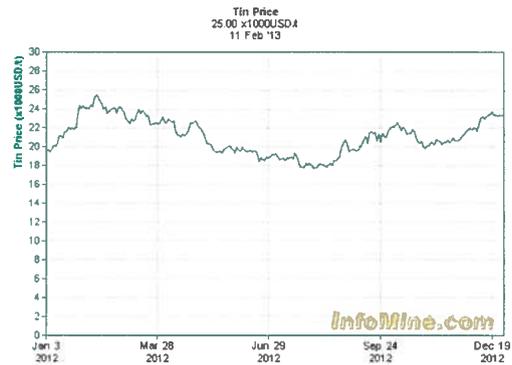


Gráfico 2

- O metal que continua a funcionar em contracorrente é o **zinco** que tornou a registrar descidas, ainda que ligeiras, terminando o ano com uma cotação de 2.000 \$/ton, fruto da estagnação do mercado de galvanização. É de salientar que os preços ainda não refletem a influência de um eventual encerramento, por exaustão, de algumas das maiores minas de zinco do mundo e que se situam na América do Norte. Ao mesmo tempo as incertezas relativas ao crescimento do mercado imobiliário chinês, continuam a ser um fator ainda não incorporado nas atuais cotações.
- Os **metais preciosos** mantiveram novamente uma elevada volatilidade ao longo do ano, fruto das incertezas relacionadas com a confiança nos mercados e em especial com a “crise das dívidas soberanas na zona euro”. Assim o **ouro** voltou a ser estrela para os investidores mantendo a cotação em alta quebrando em meados de 2012 e recuperando no quarto trimestre.

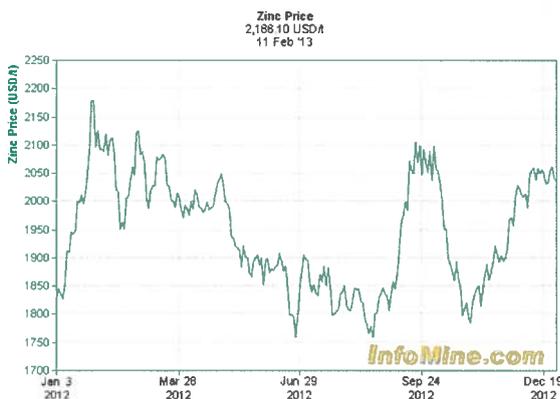


Gráfico 3

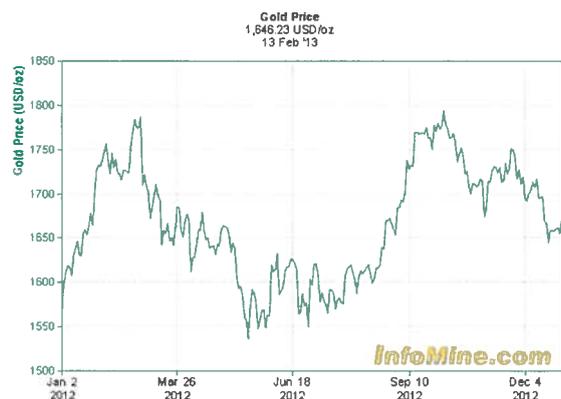


Gráfico 4

Handwritten notes: a stylized 'M' or 'W' symbol, followed by 'U' and 'D' with arrows, and a signature-like scribble.

- Os **platinoídes** mantiveram uma forte instabilidade, fruto dos mais variados fatores, dos quais se destacam a crise de confiança no mercado europeu (maior consumidor de catalisadores automóveis), o aparente excesso de oferta, a instabilidade política em torno das minas na África do Sul (exemplo a mina de Marikana) e por fim o mais que previsto encerramento de algumas das unidades mineiras Sul-africanas, por questões técnicas e de cotações.
- O **tungsténio** permanece como uma matéria-prima cada vez mais sob a vigilância de diversos Estados, nomeadamente o Japonês, fruto da predominância das minas chinesas que dominam a quase totalidade da produção mundial, registando-se cada vez mais dificuldades no acesso ao tungsténio. Da mesma forma é previsto o encerramento de algumas unidades na China, cujas características, dimensão e nível de reservas poderão colocar mais restrições ao nível do abastecimento dos mercados mundiais.



Gráfico 5



Gráfico 6

A alta dos preços e a procura continuada das matérias-primas não são fatores conjunturais e radicam em realidades duráveis. O conjunto de outras matérias-primas, como o ferro, metais básicos, metais menores, terras raras, ilmenites ou as bauxites, deverão ter uma procura sustentada pelo crescimento a longo prazo das economias emergentes e designadamente pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), fruto da rápida industrialização e urbanização destes países.

M  
MS  
T

## II. Análise global - Síntese

O Conselho de Administração da EDM deu continuidade à sua estratégia de desenvolvimento referenciada no Plano e Orçamento para 2012, assente nas seguintes **orientações gerais**:

- atuação seletiva de modo a aumentar o conhecimento e promover o aproveitamento dos recursos geológicos na ótica do desenvolvimento sustentado, compatibilizando as vertentes ambiental, de ordenamento do território, económica e social;
- recuperação, monitorização e controlo das antigas áreas mineiras abandonadas, visando anular ou mitigar riscos para a segurança de pessoas e bens, muito em particular nas situadas próximo de aglomerados populacionais, com especial atenção para as antigas minas de urânio. Estas atividades, no que respeita à recuperação ambiental são desenvolvidas no âmbito do “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas” aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, cuja renovação por mais 4 anos foi aprovada pela RCM nº 62/2011, de 15 de dezembro, e que constitui a referência fundamental na prossecução da missão da empresa neste domínio, sendo as demais atuações desenvolvidas ao abrigo do Protocolo com a DGEG.

Neste contexto, a **estratégia** da EDM orientou-se para a consecução dos seguintes objetivos:

- Consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio técnico-ambiental;
- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão.

Em termos de **atividades desenvolvidas**, descritas em termos detalhados neste relatório, destaca-se o seguinte:

– *No domínio técnico-ambiental*

- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de € 8.278.353,26;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- Realização de investimentos no âmbito da segurança, recuperação de solos agrícolas contaminados, pedreiras abandonadas e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 734.421,14.
- *No domínio dos recursos minerais*
- Contratualização com a DGEG da área denominada Monte das Mesas, em Aljustrel (cobre, zinco) e realização de sondagens, tendo sido realizados investimentos de €174.088,55;
  - Contratos de prospeção e pesquisa e de concessão experimental na área de Jales/Gralheira – Vila Pouco de Aguiar (ouro), a desenvolver em consórcio formado com a Almada Mining, SA, sociedade detida pela Petaquilla Minerals, Ltd.;
  - Prospeção e pesquisa nas áreas da Pingarela e Argozelo, conforme contrato de prospeção celebrados em 5 de dezembro de 2011, com realização de investimentos de €50.449,86 e de €38.038,04, respetivamente;
  - Acompanhamento da evolução do projeto da Semblana no quadro do acordo de parceria celebrado em 2005 com a Somincor;
  - Celebração de consórcio com a Almina-Minas do Alentejo, SA para a valorização do jazigo do Gavião, decorrendo nesta fase os encargos por conta daquela empresa;

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional** destaca-se:

- Distribuição de Dividendos ao Acionista Único da EDM – De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 29 de março de 2012, foi feita a entrega de dividendos ao Estado, no montante de € 570 163,13;
- Redução dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos em 33,99% face a 2010 e de 10,34% face a 2011, o que reflete a prioridade conferida ao aumento da eficiência da sua atividade e o esforço para o cumprimento das orientações definidas para o Setor Empresarial do Estado;

M  
MS  
P

- Resultados Líquidos – A sociedade apresentou no exercício o resultado líquido positivo de € 900.804,88, aproximadamente igual ao valor do Plano e Orçamento para 2012 (€ 928.432,00).

Em 31 de dezembro de 2012 o **capital social** da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDM – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, sendo de sublinhar o reforço dos capitais próprios em €13.731.185,00, associado à transferência para a EDM dos ativos de urânio do Laboratório Nacional de Energia e Geologia - LNEG (Decreto Lei nº 145/2012, de 11 de julho).

MS  
17

### III. Atividades desenvolvidas

#### 3.1. No domínio técnico ambiental

##### 3.1.1. Concessão



**Remediação Ambiental da área Mineira da Bica**

A atividade da concessão para a “Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas”, serviço considerado de interesse público, atribuído pelo Estado sob a forma de Concessão à empresa pelo DL 198-A/2001, de 6 de julho, ao ter sido aprovada a sua renovação por 4 anos por RCM n.º 62/2011, de 22 de dezembro, possibilitou que se tivesse dado continuidade ao plano de atuação oportunamente estabelecido em 2002 e atualizado em 2007, que levou à concretização de um conjunto de relevantes projetos que vêm beneficiando do apoio dos fundos comunitários, designadamente do POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, integrado no QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Desde o início da concessão em 2001 e até ao final de 2012, foram submetidas e contratualizadas 44 candidaturas aos fundos comunitários, das quais 31 ao QCA III – Quadro Comunitário de Apoio III e 13 ao POVT, para além de terem sido concretizados, com fundos próprios, 2 projetos tidos como alavancantes para o programa de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas em curso, designadamente, o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”. O acumulado do investimento já realizado nos projetos especificamente associados à concessão até final de 2012 ascendeu a 62 milhões de euros.

Em 2012 o total do investimento cifrou-se em € 8.278.353,26, repartido pelos projetos constantes do quadro seguinte:

Investimentos da Concessão Realizados em 2012  
Financiamento por via do POVT – QREN

(euros)

Designação dos Projetos	Valor dos Investimentos
<b>Candidaturas – 1ª a 3ª fases (concluídas e em curso)</b>	
Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal	53.609,03
Recuperação Ambiental da Área Mineira de Senhora das Fontes	500,00
3ª Fase de Recuperação da Área Mineira de Aljustrel	23.111,00
Remediação Ambiental da área Mineira da Bica	1.885.763,91
Remediação Ambiental da Área Mineira da Cunha Baixa	3.192.486,38
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova	1.414.754,50
Remediação Ambiental da Área Mineira da Freixiosa	287.909,46
Remediação Ambiental da Área Mineira de Barrôco I	491.081,49
Remediação Ambiental da Área Mineira da Rosmaneira	541.721,16
<b>Candidaturas - 4ª fase (em preparação)</b>	
Remediação Ambiental das Áreas Mineiras de Prado Velho, Forte Velho e Barracão	70.787,31
Remediação Ambiental da Área Mineira do Castelejo	30.750,00
Monitorizações Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes (2011/2015)	285.879,02
<b>Total Investimentos da Concessão</b>	<b>8.278.353,26</b>

Deste conjunto destacam-se as intervenções de remediação ambiental nas áreas mineiras de Bica, Cunha Baixa, Ribeira da Pantanha, Freixiosa, Barrôco I e Rosmaneira, áreas mineiras em que se concretizou a realização de projetos conducentes à eliminação dos passivos ambientais gerados pela atividade mineira do passado, e que se prevê venham a ser concluídos no 1º semestre de 2013, à exceção de Bica e Ribeira da Pantanha, cujos trabalhos se estenderão, respetivamente, até junho de 2014 e março de 2014. No que se refere à última destas áreas, integrada no antigo couto mineiro da Urgeiriça, a atuação agora prevista integra as duas últimas fases do Plano Diretor estabelecido em 2003, que contemplava as seguintes 4 fases:

- 1.ª Fase - Recuperação Ambiental da Barragem Velha;
- 2.ª Fase - Plano de Fecho da Mina Subterrânea;
- 3.ª Fase - Recuperação ambiental de terrenos relacionados com a atividade industrial e trabalhos de deposição na Barragem Nova;
- 4.ª Fase - Construção de sistema de tratamento passivo das águas de mina que emergem no antigo poço mineiro n.º4 e Renaturalização do leito da Ribeira da Pantanha e Selagem Final e Recuperação Ambiental da Barragem Nova.

17  
19  
X



***Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova***

Para além destas áreas mineiras regista-se a continuidade do projeto tido por fundamental da Monitorização de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes nas áreas mineiras onde outrora se processou tratamento químico, assim como a realização de estudos e ações preparatórias, tendo em vista o completar dos projetos cujos investimentos são passíveis de serem submetidos em novas fases de candidaturas ao POVT, como sejam as áreas mineiras de Prado Velho, Forte Velho, Barracão e Castelejo, ou de serem acomodadas por reprogramações de candidaturas anteriores, como são os casos da recuperação ambiental das áreas mineiras de Aljustrel e do Lousal.

No final de 2012 e no que se refere aos projetos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do POVT, são referenciados no quadro seguinte os que foram apresentados nas 3 fases de candidatura, assim como as perspectivas de evolução que se prevê até 2015. A sua concretização dependerá contudo dos montantes globais que possam ser consignados a esta medida de atuação pelo POVT.

↗  
MS  
P

**CONCESSÃO PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINEIRAS DEGRADADAS**  
**Projectos e Obras Concluídos, em Curso e Previstos Desenvolver no Âmbito do POVT**  
**Eixo Prioritário II - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos**

x 1.000 euros

MINA / PROJETO	FASE	INVESTIMENTO PREVISTO	
		2007-2014	2013-2015
<b>Prevenção de riscos de passivo ambiental : recuperação de antigas áreas mineiras de urânio abandonadas</b>			
Monitorizações de Controlo Periódico e Acções de Tratamento de Efluentes - Fase 2007/2009	1ª	1.168	
Projectos de Execução e Estudo de Incidências Ambientais em 20 Áreas Mineiras dos Radioactivos		734	
Recuperação Ambiental da Área Mineira da Senhora das Fontes		2.239	
Projectos nas Envolventes à Escombreira da Barragem Velha e Zona Industrial da Urgeiriça - 2ª Fase		729	
Monitorizações de Controlo Periódico e Acções de Tratamento de Efluentes - Fase 2009/2011	2ª	506	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa		6.026	
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica		4.200	
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova		8.813	
Remediação Ambiental na Área Mineira do Barrôco I	3ª	770	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Freixosa		722	
Remediação Ambiental na Área Mineira da Rosmaneira		665	
Monitorizações de Controlo Periódico e Acções de Tratamento de Efluentes - Fase 2011/2015	4ª		1.100
Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Prado Velho, Forte Velho e Antiga Fábrica de Rádio do Barracão e suas envolventes			6.500
Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho			300
Remediação Ambiental na Área Mineira de Fontinha			1.300
Remediação Ambiental na Área Mineira do Castelejo			3.500
1ª Fase de Remediação Ambiental na Área Mineira da Quinta do Bispo			2.500
<b>SUB-TOTAL (1)</b>		<b>26.572</b>	<b>15.200</b>
<b>Prevenção de riscos de passivo ambiental : recuperação de antigas áreas mineiras de polimetálicos abandonadas</b>			
Recuperação Ambiental na Área Mineira do Lousal concluído reprogramação	1ª e reprogramação	2.920	3.656
3ª Fase de Recuperação na Área Mineira de Ajustrel concluído reprogramação		2.156	8.784
<b>SUB-TOTAL (2)</b>		<b>5.076</b>	<b>12.440</b>
<b>TOTAL (1) + (2)</b>		<b>31.648</b>	<b>27.640</b>
<b>TOTAL POVT</b>		<b>59.288</b>	

Este montante de investimento de 59 milhões de euros está em linha com as perspetivas inicialmente estabelecidas no atual Quadro Comunitário, que dotou a medida específica de Recuperação de Passivos Ambientais – Minas Abandonadas com 45 milhões de euros de Fundo de Coesão, a que correspondia um investimento global de cerca de 64 milhões de euros e que viria a ser alterada com a reafectação dos fundos comunitários do final do ano.

No final de 2012 procedeu-se à reprogramação da atividade até 2020 de modo a integrar o Plano de Atuação previsto para o Novo Quadro Comunitário 2014-2020.

M  
M  
X

### 3.1.2. Outras atividades no domínio ambiental

Na linha da atividade que vem sendo desenvolvida pela empresa na área ambiental, em 2012 interveio-se também nas seguintes áreas:

- Segurança de locais mineiros abandonados
  - Pedreiras abandonadas
  - Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas
- **Segurança de locais mineiros abandonados.** Esta atividade, desenvolvida ao abrigo do Protocolo de Cooperação estabelecido em 2007 entre a DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia e a EDM, linha de Ação 1 – Trabalhos de Segurança, visa anular ou mitigar riscos para pessoas e bens, relacionados com antigas explorações ou trabalhos mineiros, muito em particular das situadas junto a aglomerados populacionais. As intervenções levadas a efeito em cada ano, de acordo com decisão da DGEG, abrangeram todo o território e privilegiaram áreas potenciadoras de situações de risco. Integrada nesta linha de ação releva-se, também, a missão de vigilância regular para a deteção de anomalias no domínio da segurança nas 61 antigas minas de radioativos existentes no país.

Em 2012 as atuações desenvolvidas neste domínio, com financiamento direto do Protocolo de Cooperação DGEG/EDM, compreenderam, para além da continuidade do desenvolvimento de Ações de Controle de Segurança nas áreas mineiras dos radioativos, a conclusão dos trabalhos nas áreas mineiras de França, Montesinho, Braçal, Coval da Mó, Malhada e Azinheira de Barros e o início dos trabalhos de segurança da área mineira de Ceife.

#### Financiamento por via direta – Ação 1 – Trabalhos de Segurança, Protocolo DGEG/EDM

(euros)

Designação dos Projetos	Valor
Intervenções de Segurança em Minas Abandonadas	446.664,40

- **Pedreiras abandonadas.** Nesta vertente deu-se por encerrado, nesta fase, o processo iniciado em agosto de 2010, relacionado com a intervenção em pedreiras abandonadas da região Centro, em consequência de ter sido esta a região cuja Comissão de Coordenação do Programa Operacional Regional mostrou interesse e

Handwritten notes: "10/1" with an arrow pointing to the text above, and a plus sign below.

disponibilidade para a sua implementação. O projeto, concebido para ser desenvolvido com o apoio das autarquias locais, viria a revelar-se para estas entidades de difícil acompanhamento, pelo que se deu por concluída esta fase do processo, tendo apenas sido feita uma despesa residual de €176,71.

- **Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.** Esta atividade, a que corresponde a linha de Ação 2 – Minas Abandonadas, do Protocolo de Cooperação, estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, pretende garantir o adequado desempenho das obras de recuperação ambiental desenvolvidas nos últimos anos no âmbito da Concessão, por via da sua manutenção, correção e beneficiação, atividades estas não financiadas por fundos comunitários.

No ano de 2012 foram concluídos os trabalhos de Correção e Beneficiação da Antiga Área Mineira de Covas e deu-se continuidade ao acompanhamento das condições de funcionamento da estação de tratamento passivo de Jales.

**Financiamento por via direta – Ação 2 – Minas Abandonadas, Protocolo DGEG/EDM**

(euros)

Designação dos Projetos	Valor
Trabalhos de Conservação, Correção e Beneficiação nas Áreas Mineiras de Covas e Jales	287.580,03



*Trabalhos de Conservação, Correção e Beneficiação nas Áreas Mineiras de Covas e Jales*

107  
119  
✓

### **3.1.3. Outros acontecimentos e iniciativas**

Durante o ano de 2012 participou-se no I Seminário Internacional de Reversão de Territórios, realizado em Belo Horizonte – Brasil, com o tema “A Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Abandonadas – Os Princípios, a Atuação e a Experiência em Portugal” e no I Congresso de Geologia de Moçambique CoGeo01, realizado em Maputo – Moçambique, com o tema “A Atuação em Portugal, na Minimização dos Impactos com Vista à Utilização de Antigas Áreas Mineiras”, tendo a atividade desenvolvida em Portugal no âmbito da recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas suscitado, designadamente no Brasil, interesse na colaboração futura com a EDM.

Em outubro de 2012 participou-se, em Lisboa, no *workshop* denominado “Recent developments in evaluation of uranium and thorium resources”, promovido pela DGEG com a colaboração da IAEA – *International Atomic Energy Agency*.

↗  
das  
↑

### **3.2. No domínio dos recursos minerais**

O ano de 2012 ficou marcado pelo arranque definitivo dos três projetos de prospeção (Pingarela, Argozelo e Monte das Mesas) e por uma clara aposta na identificação e caracterização geológica-mineira de outras oportunidades no setor mineiro, tendo a EDM adequado a sua estrutura de modo poder responder às diversas solicitações provenientes do ressurgimento desta vertente na empresa.

#### **3.2.1. Atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento**

##### **Levantamento dos Recursos Existentes**

Fruto da necessidade de existência de uma base de dados atualizada dos recursos mineiros nacionais, a EDM fez um levantamento rigoroso de todas as oportunidades existentes no território nacional, cujos resultados serviram de base para a realização de diversos pedidos de licenças de prospeção e pesquisa, efetuados ao longo de 2012, e também para ações futuras, estas dependentes do surgimento de parceiros interessados, bem como de oportunidades decorrentes das condicionantes de mercados e em especial das cotações das diversas matérias-primas.

##### **Participação em projetos e consórcios de prospeção e pesquisa**

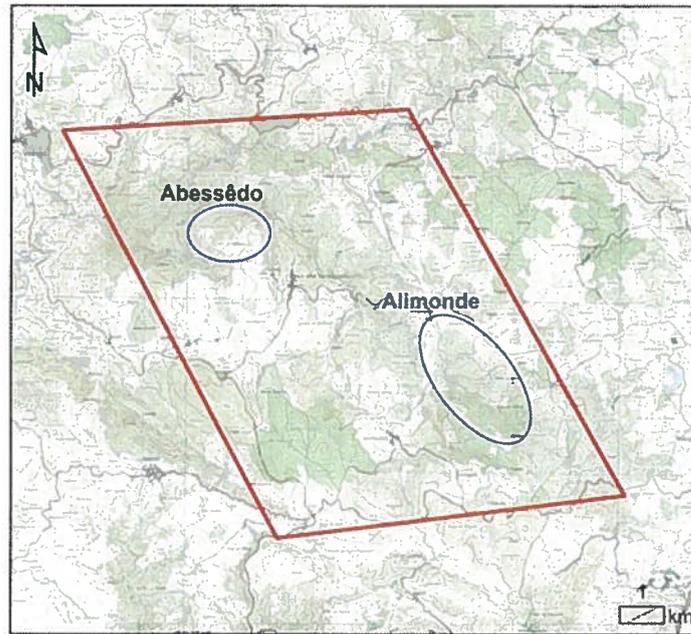
###### **Projeto Pingarela**

O Projeto Pingarela, em execução pela EDM numa área dos concelhos de Bragança e Vinhais, corresponde ao programa de prospeção e pesquisa de depósitos minerais do grupo da platina, crómio, ouro, prata, cobre, níquel e cobalto, no âmbito do contrato celebrado com a DGGE, no dia 5 de Dezembro de 2011.

No decorrer de 2012, os trabalhos desenvolvidos no âmbito deste projeto, tiveram como principal objetivo a caracterização geológica da área. Deste modo efetuaram-se levantamentos geológicos em dois sectores principais, denominados Abessêdo e Alimonde (Figura 1).

MS  
X



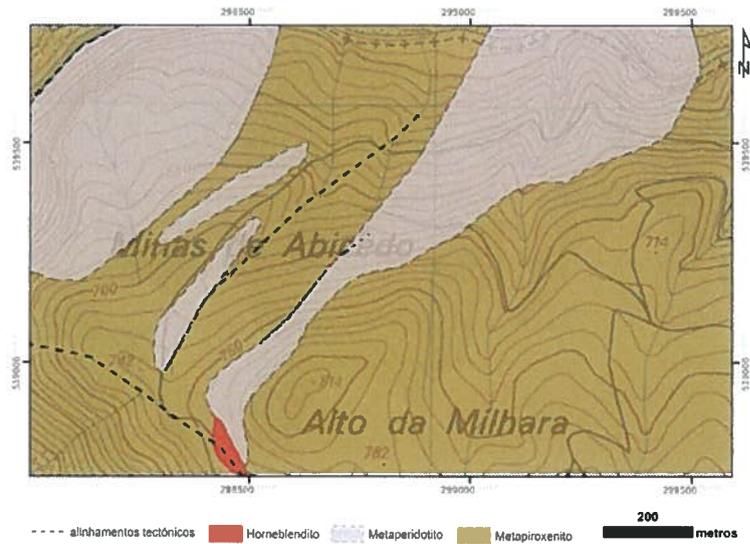


**Figura 1 – Localização dos sectores sujeitos a levantamentos cartográfico**

Os trabalhos de cartografia revelaram a existências de dois grandes grupos litológicos, denominados metaperidotito e metapiroxenito. Apesar de estes termos poderem apresentar variações composicionais, a classificação apresentada revelou-se perfeitamente funcional, sendo considerada como classificação de referência. Foi também identificada uma litologia denominada de hornblendito, embora menos frequente.

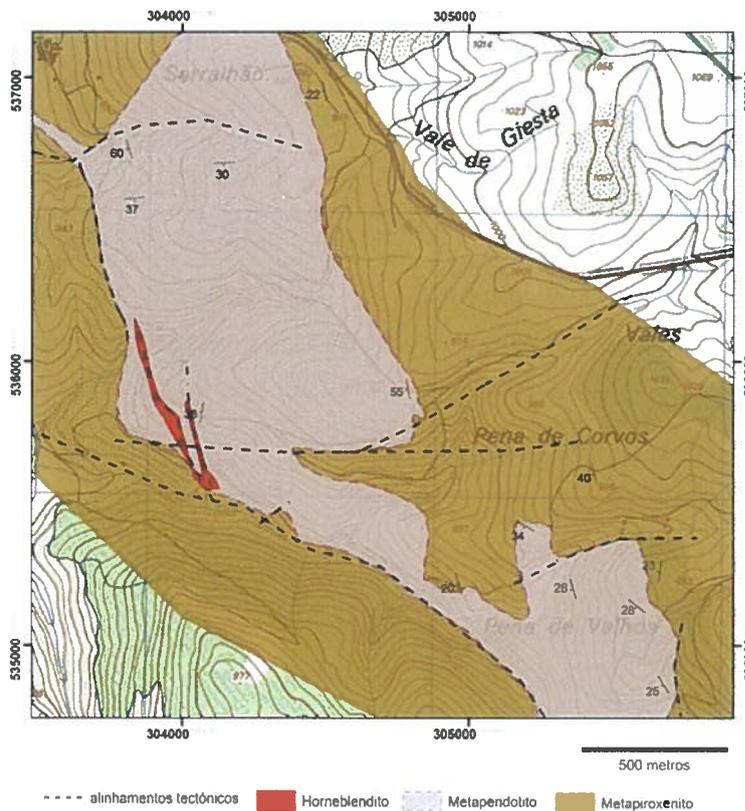
No sector de Abessêdo foram cartografadas “lentículas” de metaperidotito em metapiroxenito que poderão estar relacionadas com mantos de cavalgamento sobrepostos nesta área (Figura 2). Esta é uma situação a ter em conta em futuros trabalhos de detalhe. Foi também identificado hornblendito, muitas vezes associado a transições rítmicas com metaperidotito, mas também em domínios mais amplos.

17  
MCS  
+



**Figura 2 – Geologia do sector de Abessêdo**

No sector de Alimonde o contacto entre os dois grandes grupos litológicos definidos é mais evidente do que no sector de Abessêdo. Este sector é caracterizado pela presença de uma grande mancha metaperidotítica, frequentemente limitada por acidentes tectónicos e litologias metapiroxeníticas (Figura 3).



**Figura 3 – Geologia do sector de Alimonde**

A delimitação litológica efetuada permite direccionar o estudo no sentido de identificar os locais mais prováveis para a ocorrência de PGE (Platinum Group Elements). Os estudos desenvolvidos

*MJ*  
X

durante o 1º semestre de 2012, nomeadamente estudos microscópicos, sugerem a possibilidade de os PGE ocorrerem em zonas de contactos litológicos ou nas suas proximidades.

Pretende-se assim, no ano de 2013, dar continuidade aos trabalhos de cartografia geológica e estrutural, acompanhada da colheita de amostras em canal de locais selecionados com base nos levantamentos referidos.

O montante despendido na contratação de serviços para o presente projeto ascendeu a €50.449,86.

### **Projeto Argozelo**

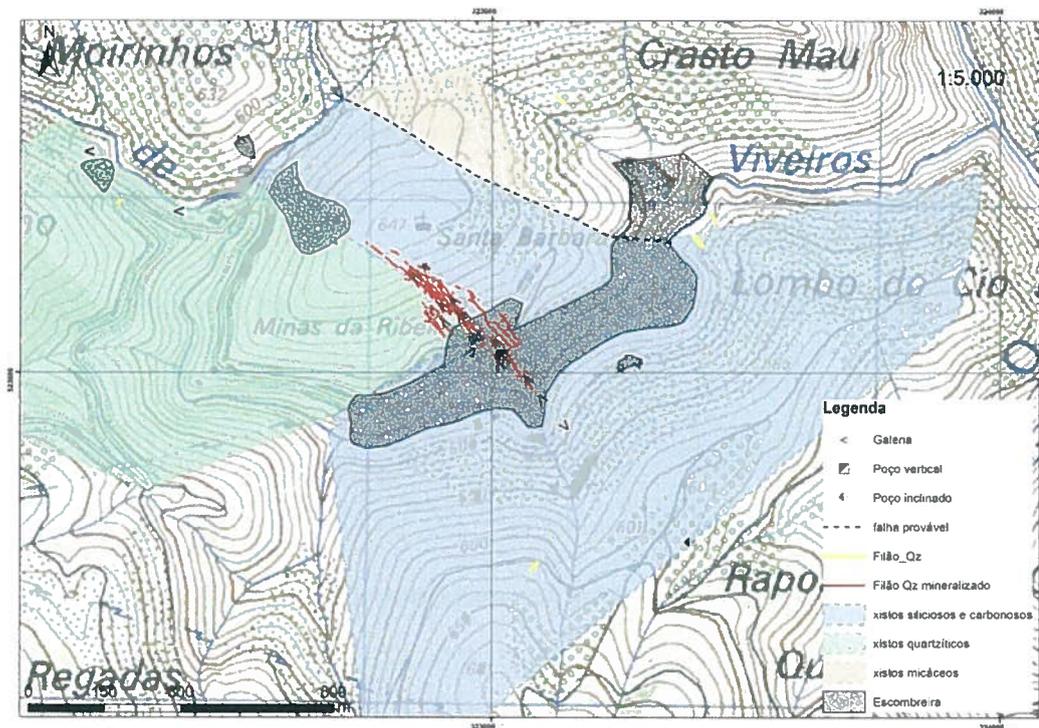
Os trabalhos de prospeção e pesquisa realizados durante o ano 2012 na área de Argozelo (estanho, volfrâmio, ouro, prata cobre e sulfuretos associados) consistiram, na cartografia de pormenor dos locais de maior interesse potencial (Minas da Ribeira e Mina de Paredes), realização de geoquímica de solos e levantamento de perfis de geofísica com o método elétrico IP (polarização induzida) nas áreas atrás mencionadas.

A cartografia geológica de pormenor nas antigas Minas da Ribeira (fig. 1) e de Paredes (fig. 2) permitiram efetuar diversos levantamentos (litológicos, mineralógicos e estruturais).

As litologias dominantes nas minas da Ribeira consistem em formações metassedimentares, onde se distingue três tipos de xistos: Xistos quartzítico, xistos siliciosos/carbonosos e xistos micáceos, que transitam uns para os outros de forma gradual e sem limites bem definidos. Estas litologias encontram-se deformadas, apresentando foliações de direções variáveis e inclinações normalmente baixas.

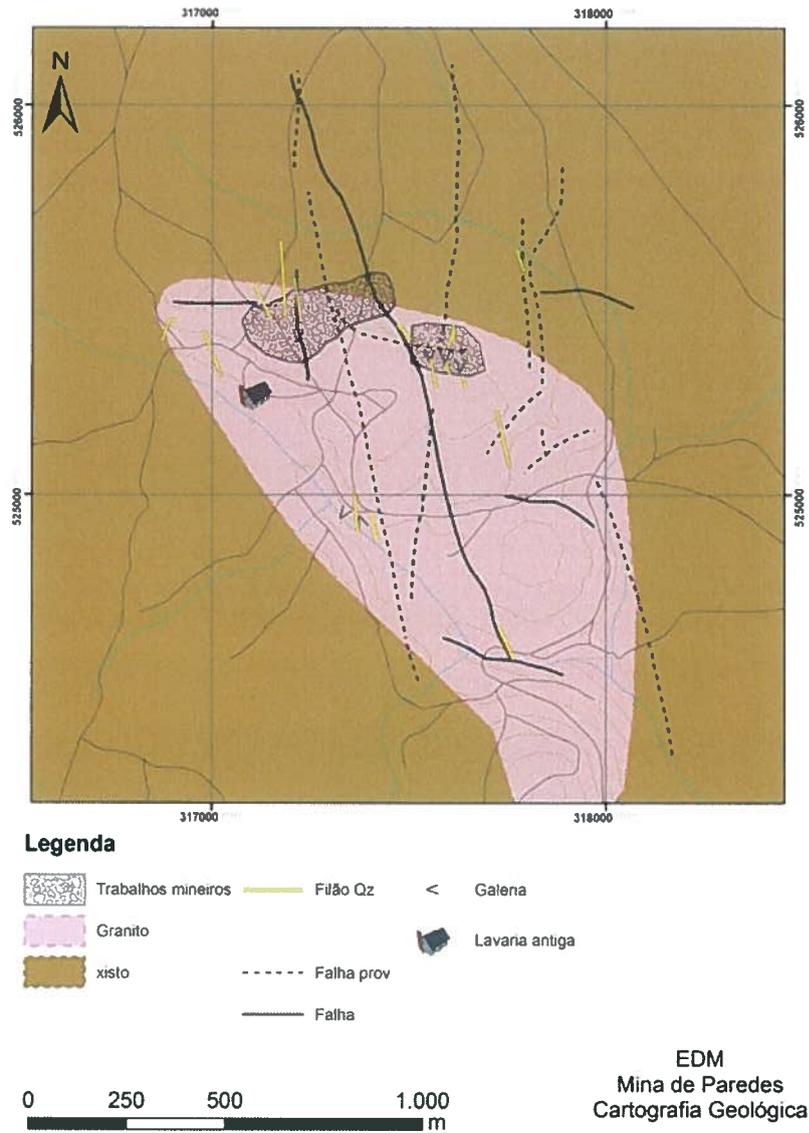
Os filões inseridos nestas formações metassedimentares são formados por quartzo e são portadores de mineralização de cassiterite, wolframite e scheelite. A sua possança varia desde 1-2 cm até 15 cm, sendo que os mais frequentes apresentam uma possança entre 5-10 cm, apresentando uma direção geral NW-SE, sendo que as inclinações são superiores a 75º tanto para o quadrante SW como para o quadrante NE.

Handwritten signature and initials: MU



**Figura 1. Esboço geológico das minas da Ribeira**

Os levantamentos geológicos efetuados na mina de Paredes mostram um enquadramento geoestrutural dos filões de quartzo mineralizados (cassiterite, volframite e scheelite a que se associa pirite, arsenopirite e calcopirite) no seio do granito. Os filões de quartzo leitoso ocorrem com possanças variáveis de 0,40 a 0,50 metros, orientados na direção N-S e inclinação de 40 a 55° para E. O batólito granítico encontra-se em contacto com a formação encaixante de xistos metamórficos e corresponde a um granito leucocrata, de grão médio a fino, com feldspato rosado, quartzo hialino, moscovite e pontuações de turmalina.



**Figura 2. Esboço geológico da mina de Paredes**

A prospeção geoquímica foi realizada nos sectores das minas da Ribeira e Paredes com o objetivo de investigar a distribuição dos metais nos solos, particularmente, na extensão longitudinal dos antigos trabalhos mineiros.

Os resultados mostram que nos dois locais investigados, muitos elementos de interesse metalogénico tais como Sn, W, Cu, Zn e As apresentam valores máximos elevados tal como é exemplificado pelas tabelas seguintes:

Handwritten initials: "M", "MC", and a signature.

Tabela I. Resumo dos principais elementos analisados na geoquímica de solos nas minas da Ribeira

	Sn	W	As	Cu	Zn
	ppm	ppm	ppm	ppm	ppm
Min.	4	3	19	20	67
Máx.	2740	1480	10001	1490	1945
Média	119	101	316	124	234
D. Padrão	301	169	661	169	214

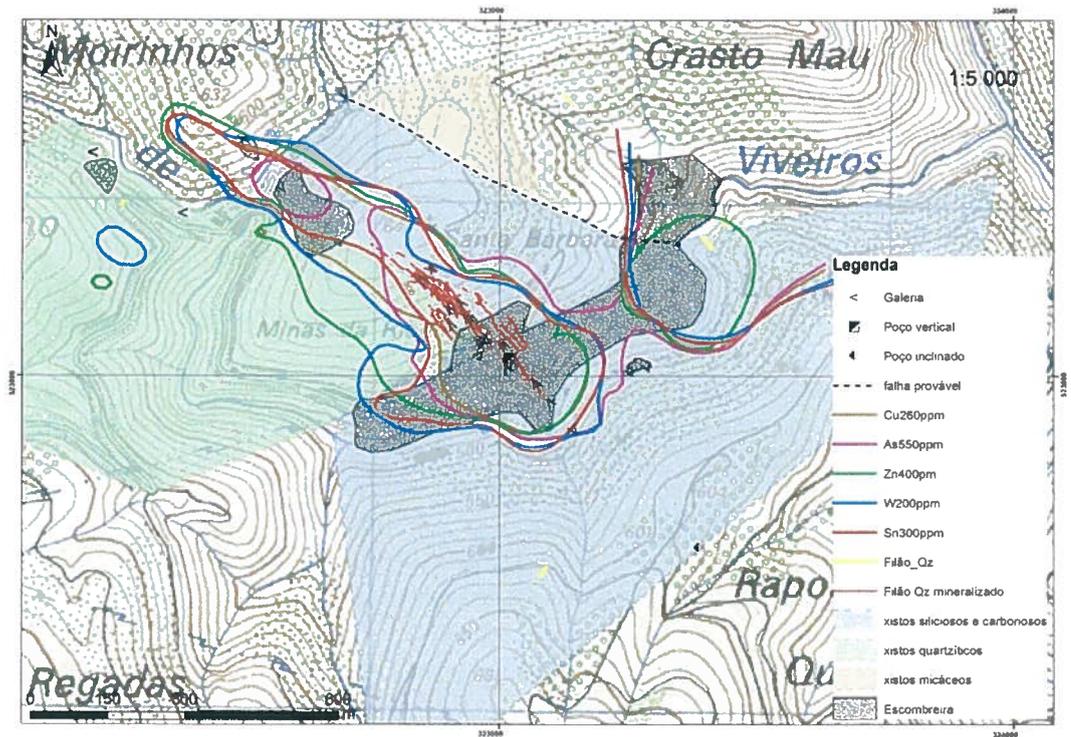
Tabela II. Resumo dos principais elementos analisados na geoquímica de solos na Mina de Paredes

	Sn	W	As	Cu	Zn
	ppm	ppm	ppm	ppm	ppm
Min.	8	5	10	11	45
Máx.	756	826	1980	563	1215
Média	108	104	160	84	136
D. Padrão	110	127	239	84	134

Verifica-se ainda que nas minas da Ribeira a distribuição dos valores mais altos de estanho (>300 ppm) e tungsténio (>200ppm) mostra uma anomalia alongada muito significativa, de direção NW-SE, coincidente com as estruturas mineralizadas observadas (fig. 3). Estas anomalias são quase sempre acompanhadas por As, Cu e Zn, pelo que estes elementos poderão, eventualmente, ser utilizados também como guias de prospeção.

157  
MOS

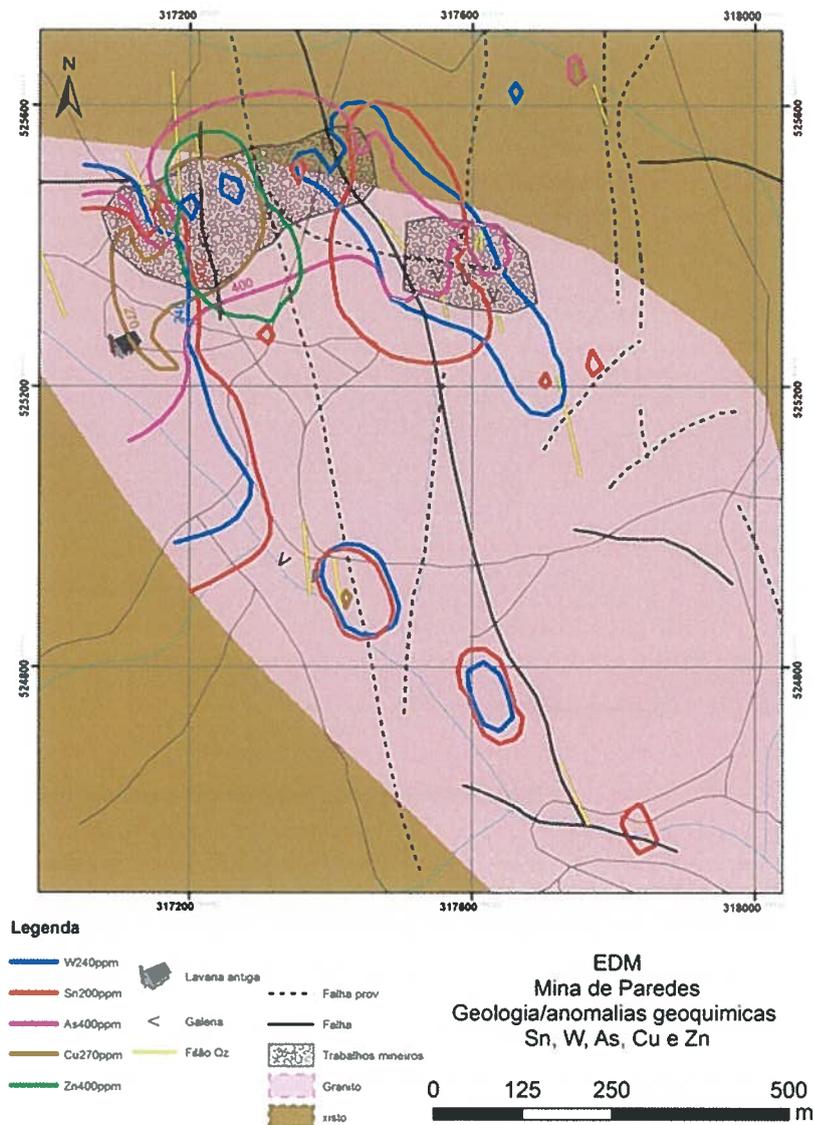
X



**Figura 3. Compilação das anomalias geoquímicas e geologia nas minas da Ribeira**

Na mina de Paredes os resultados da geoquímica revelam a existência de uma anomalia com cerca de 400 metros de extensão e direção N135°E-N315°W, no prolongamento, para NW, dos antigos trabalhos mineiros. Esta anomalia apresenta valores entre 300 e 570 ppm para o W e entre 250 e 470 ppm para o Sn. Os elementos As, Zn e Cu sugerem a possível existência de uma pequena zona anómala no sector imediatamente a N da lavaria (Fig. 4).

Handwritten signatures and initials: 27, MO, and a signature.

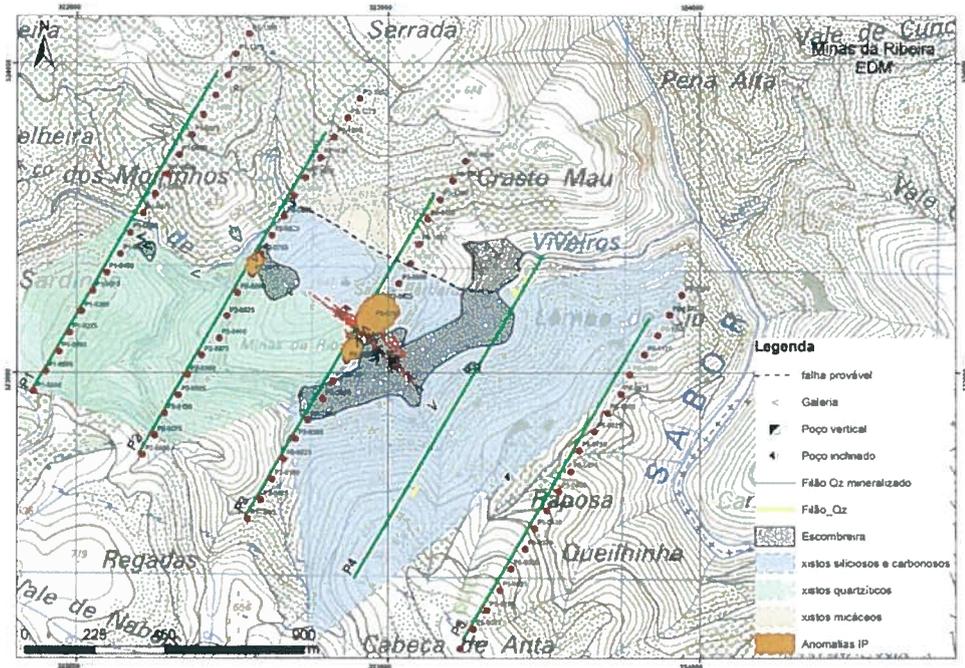


**Figura 4. Compilação das anomalias geoquímicas e geologia na mina de Paredes**

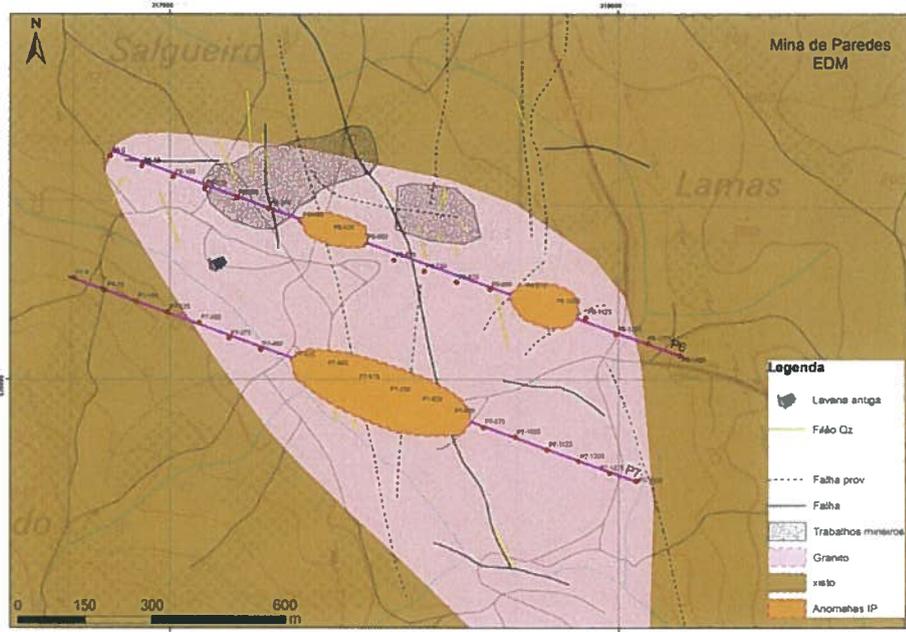
A fim de se avaliar o potencial da anomalia geoquímica detetada, nas zonas das Minas da Ribeira e na zona da Mina de Paredes, foi realizado um teste geofísico de polarização induzida tendo como objetivo o melhor compromisso possível entre a profundidade de investigação pretendida, o comprimento mínimo do perfil e a sua resolução.

Foi possível identificar a existência de estruturas geológicas em profundidade que podem estar relacionadas com a existência de mineralizações, nomeadamente a presença de formações cuja assinatura elétrica seja compatível com a existência de batólitos graníticos em profundidade (Fig. 5 – Minas da Ribeira) e (Fig. 6 – Mina de Paredes).

Handwritten signature in blue ink.



**Figura 5. Compilação das anomalias geofísicas (IP) e geologia nas minas da Ribeira.**



**Figura 6. Compilação das anomalias geofísicas (IP) e geologia na mina de Paredes.**

O montante despendido na contratação de serviços para o presente projeto ascendeu a €38.038,04.

MO

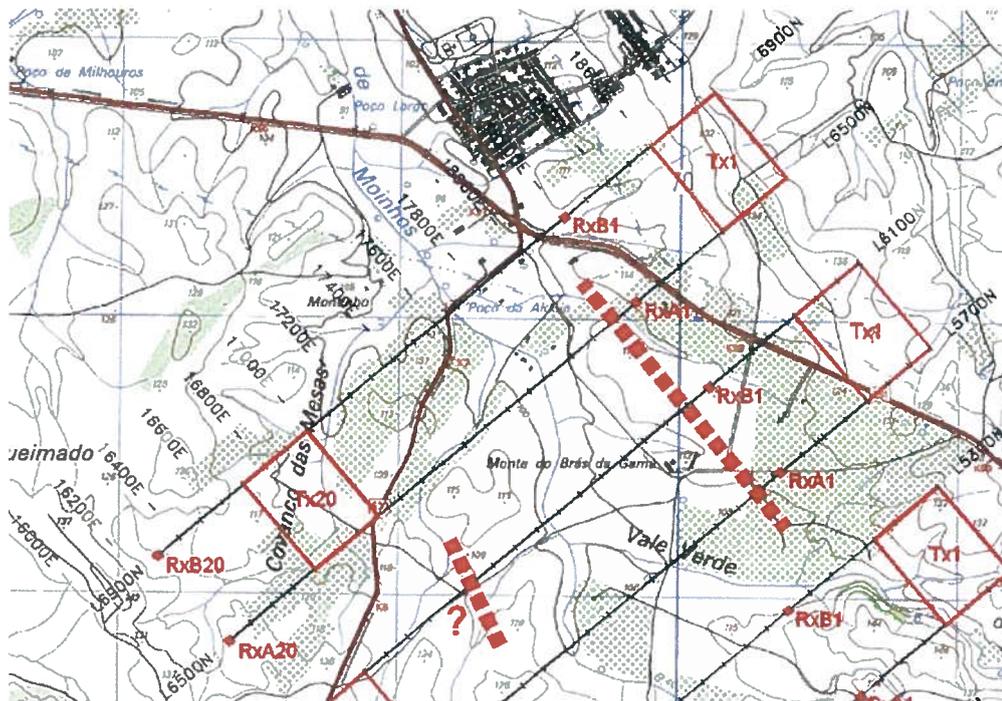
## Monte das Mesas

A EDM iniciou uma intensa campanha de prospeção de sulfuretos maciços polimetálicos na área de Monte das Mesas, no concelho de Aljustrel, na sequência da assinatura de um contrato de prospeção e pesquisa celebrado com o Estado em 4 de Julho de 2012.

A referida área compreende a extensão NW dos eixos vulcano-sedimentares de Feitais–Estação e Algares-Moinho-São João, sob a cobertura terciária da Bacia do Sado, nas proximidades do limite da concessão do Gavião, na parte NW da Falha da Messejana,.

Os trabalhos foram iniciados com a compilação e reanálise dos resultados dos trabalhos anteriores seguindo-se o levantamento geofísico HT SQUID MLTEM de vários perfis sobre os possíveis alinhamentos geoestruturais associados aos eixos vulcanosedimentares existentes e a amostragem de solos, sobre os mesmos perfis, para o estudo geoquímico de hidrocarbonetos gasosos.

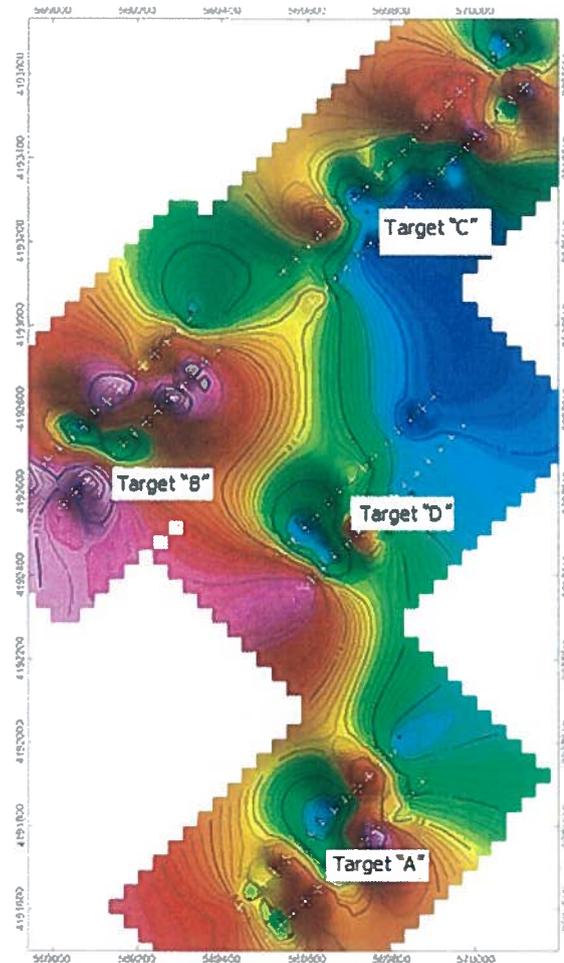
O referido levantamento geofísico realizado pela empresa Discovery Int'l Geophysics Inc detetou uma resposta forte da condutibilidade das rochas sedimentares do Terciário e também a existência de três condutores, a profundidades variáveis entre 250 e 320 metros, no soco Paleozoico a NE do depósito do Gavião com respostas semelhantes à produzida sobre este mesmo depósito.



**Anomalias geofísicas identificadas pelo método HT SQUID MLTEM**

MG  
7  
F

O estudo geoquímico realizado pela empresa Activation Laboratories Ltd., identificou igualmente anomalias sobre os condutores geofísicos atrás referidos, cujos halos sugerem a possível existência de mineralização do tipo VMS (sulfuretos maciços vulcanogénicos) sob a cobertura terciária.



**Mapa de anomalias geoquímicas de acordo com a metodologia da Act Labs.**

Os alvos potenciais identificados pelos métodos atrás referidos bem como pela reinterpretação dos trabalhos anteriores foram testados através de uma campanha de sondagens.

Os resultados das três sondagens iniciais permitiram esclarecer alguns dos aspetos estruturais da geologia subsuperficial, sob a cobertura terciária. As anomalias geofísicas e geoquímicas detetadas parecem ser devidas a distintas litologias, particularmente, à presença de xistos negros ligeiramente grafitosos na sondagem MM01 e à passagem dos tufos verdes ácidos a intermédios na sondagem MM02.

A continuação para NW da estrutura anticlinal central que contém o depósito do Gavião e que poderá corresponder ao prolongamento do anticlinal central de Aljustrel após o rejeito provocado pela Falha da Messejana parece ter sido atravessado pelas sondagens MM02 e MM03.

Esta última sondagem contém uma impregnação fina de pirite e alguma pirite euédrica nas unidades de tufos verdes e de xistos negros na parte final da sondagem.

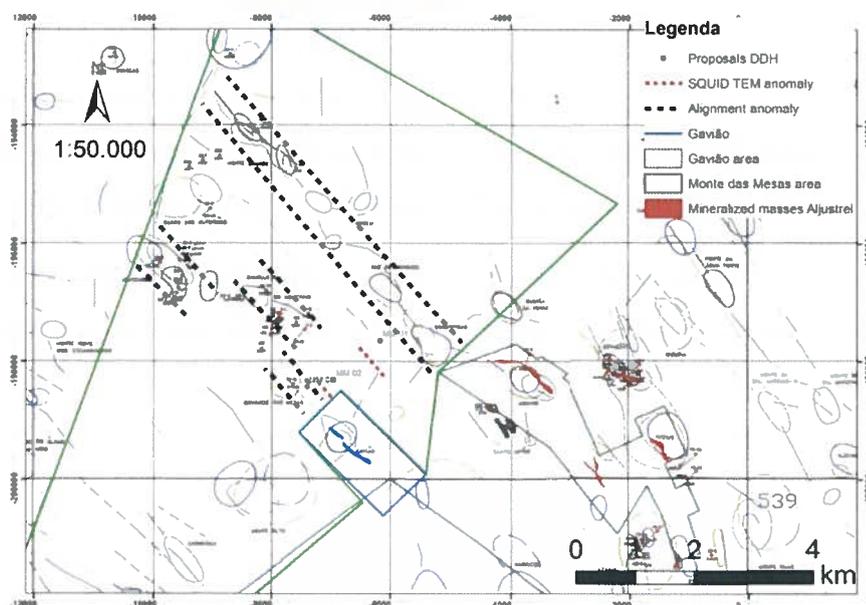
Uma resposta geofísica e geoquímica semelhante para litologias distintas representa uma dificuldade acrescida na seleção dos alvos potenciais no presente enquadramento.

Embora seja possível admitir que as respostas dadas pelos levantamentos geofísico e geoquímico, correspondentes a possível condutor localizado a cerca de 320 metros de profundidade e a um halo geoquímico superficial, na primeira sondagem, possam estar associadas com a banda de xistos negros intersectada entre 435,12 e 473,40 metros sob a Formação do Culm, dada a presença de material grafitoso e alguma pirite fina, a interpretação geoestrutural coloca o alvo a maior profundidade, na parte superior da unidade de tufos ácidos (riolitos), que se admite possa ocorrer por baixo da Formação do Paraíso.

A segunda sondagem (MM02) mostra que o condutor detetado pelo levantamento geofísico SQUID TEM bem como a anomalia geoquímica coincidente ocupam uma posição intermédia entre a unidade de tufos verdes ácidos e a unidade de tufos intermédios.

A sondagem MM03, implantada sobre um pequeno alvo gravimétrico e anomalia magnética, na extensão NW do horizonte estratigráfico correspondente às massas de SW da jazida do Gavião, intersectou apenas uma impregnação fraca de pirite fina, e também euédrica, nas unidades de tufos verdes e de xistos negros da Formação do Gavião.

O montante despendido na contratação de serviços para o presente projeto ascendeu a €174.088,55.



*Implantação das sondagens realizadas em 2012*

Handwritten signatures in blue ink.

## Outros projetos

No âmbito dos trabalhos de base efetuados pela EDM, foram ainda identificadas outras oportunidades que levaram a pedidos de licença de prospeção e pesquisa, designadamente em:

- Poço das Freitas/Limarinho

Para além da EDM mais duas empresas requereram pedidos de licença de prospeção para a zona em causa, pela que a Direção Geral de Energia e Geologia, procedeu a um procedimento concursal com o objetivo de atribuir uma licença de prospeção. A EDM apresentou a sua proposta, em articulação com um parceiro estrangeiro, tendo no entanto a licença sido atribuída a um dos concorrentes, que não a EDM.

- Tuela

O processo está em fase de tramitação administrativa na Direção Geral de Energia e Geologia, sendo que para a zona surgiram igualmente pedidos de outras empresas concorrentes com os da EDM, o que está a condicionar a respetiva atribuição.

M  
10  
P

### **3.2.2. Atividades de valorização e aproveitamento económico**

Na vertente relacionada com “projetos de valorização e aproveitamento económico” a EDM tem vindo a avaliar a sua participação neste tipo de projetos, constituindo-se agente catalisador de investimento internacional.

#### **Avaliação da Viabilidade de Projetos**

##### **Gavião (Aljustrel)**

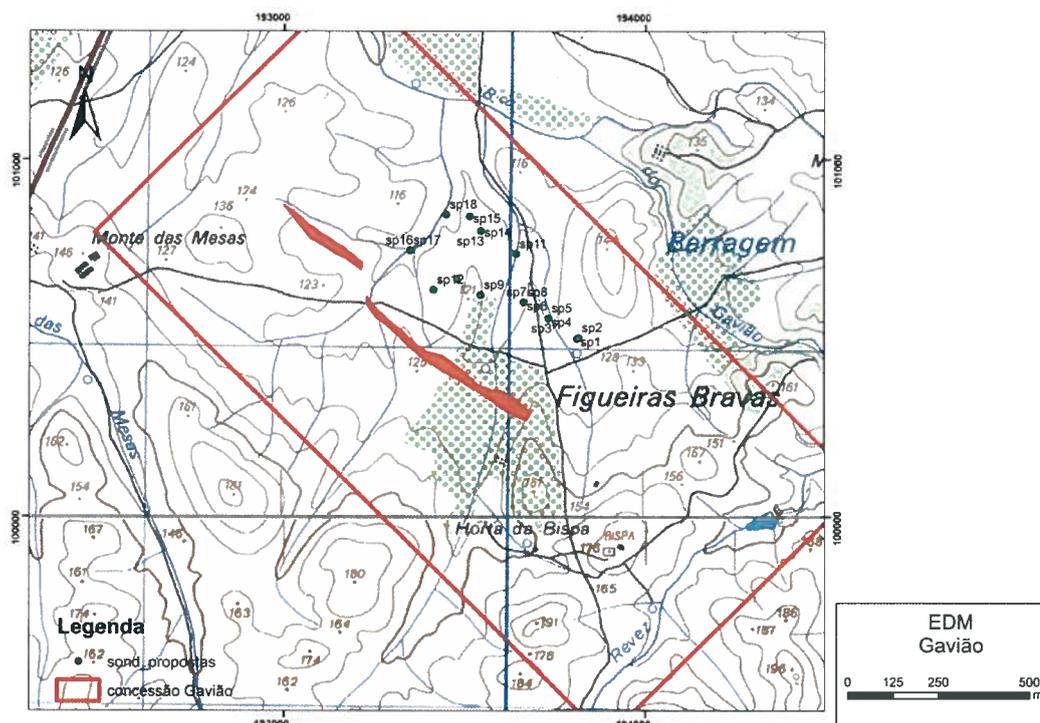
O Depósito mineral é constituído por três massas principais. A massa SW – massa principal da jazida, com cerca de 600 metros de extensão, corresponde a uma massa tabular, lenticular, de direção NW-SE, com forte inclinação para NE, foi intersetada, até à data, por 22 sondagens, entre os 200 e 750 metros de profundidade. Continua por delimitar em profundidade; a massa NW no mesmo alinhamento da massa principal, mas dela separada por uma falha; e o alinhamento NE, contém várias massas de sulfuretos, em geral, de dimensões reduzidas e em distintos níveis estratigráficos, ao longo de uma faixa com cerca de 75 metros de possança. A inclinação destas massas tabulares e lenticulares, é de cerca de 75° para NE.

O trabalho efetuado no Gavião consistiu na identificação de 18 sondagens inclinadas para a referida massa principal (massa SW), de modo a apertar a malha já existente (figura 1), que tem como origem 22 sondagens realizadas pela campanha da Sociedade Mineira de Santiago, Lda., em 1970 e pelo consórcio EDM/SOMINCOR numa segunda campanha em 2008/2009.

Apesar da possibilidade da tonelagem da referida massa principal (massa SW), calculada a partir das interseções de sondagens já realizadas, poder não mudar significativamente com o aperto da malha existente, devido à consistência da referida massa mineralizada, considera-se que as sondagens adicionais propostas, permitirão melhorar o grau de confiança da estimativa de recursos e alcançar as exigências impostas pelos códigos JORC ou CIM ao estudo de viabilidade.

MS  
M  
T





**Figura 1. Localização das 18 sondagens propostas**

Com o intuito de conhecer melhor a zona a NNE da concessão do Gavião e consequentemente, perceber se existem massas mineralizadas passíveis de serem prospectadas, foi requisitada a realização de geofísica pelo método TEM (eletromagnético transiente). Foram idealizados 4 perfis paralelos de orientação SW-NE com um comprimento de 1500 metros cada. Os 4 perfis distam 400 metros entre si e abrangem toda a área pretendida. As massas mineralizadas em análise são o expectável prolongamento do alinhamento Fetais – Estação, cortado e rejeitado com desligamento esquerdo de 2,5 km pelo acidente tardi-varisco de direção NE-SW – falha da Messejana. O bloco NW, onde se encontram estas massas, o mesmo onde se encontra a massa do Gavião (que por sua vez corresponde ao prolongamento do alinhamento Algares, Moinho, São João), encontra-se abatido em relação ao bloco SE, (bloco das restantes massas do couro mineiro de Aljustrel) conforme se infere do arraste produzido nos corpos mineralizados e estruturas variscas.

Os resultados disponíveis mostram uma possível anomalia mais a N da massa do gavião, possivelmente fazendo parte do alinhamento Estação-Fetais. Os resultados preliminares mostram também um possível prolongamento para NW da massa do gavião.

Foi ainda feita uma recolha de informação de Log's de sondagens antigas, localizadas a NW da concessão do Gavião (Rio de Moinhos). A pesquisa foi efetuada numa tentativa de identificar

MO  
M  
+



níveis de rochas vulcânicas ácidas (e.g. riolitos), portadoras por excelência da mineralização sulfuretada. Os dados (litológicos, geoquímicos) foram introduzidos no *software* Target para visualização em 2D e 3D das estruturas existentes, contribuindo para o progressivo conhecimento desta zona em estudo.

Em Julho de 2012, a EDM assinou um contrato de consórcio com a Almina, SA com o objetivo de proceder à elaboração de um estudo de viabilidade económica para o jazigo do Gavião. Dos trabalhos acordados, numa primeira fase (que já se encontra a decorrer), irão ser realizadas 18 sondagens mecânicas com recuperação de testemunho, as quais serão essenciais para a avaliação da implantação do programa final que levará realização do estudo de viabilidade, sendo os custos exclusivamente suportados pela Almina.

### **Jales/Gralheira**

A EDM em conjunto a Petaquilla Minerals, Ltd., através da sua participada em Portugal - Almada Mining, SA, concorreu ao procedimento concursal definido pela Direção Geral de Energia e Geologia, para a atribuição de uma licença de prospeção e de uma concessão mineira de carácter experimental.

O consórcio, do qual a EDM fazia parte, saiu vitorioso deste processo, tendo sido estabelecido como objetivo a realização de um pedido de concessão mineira num prazo inferior a três anos.

Numa primeira fase irão realizar-se todos os trabalhos de estudos que levarão ao desenho e desenvolvimento da mina, e que contemplarão a realização de sondagens mecânicas, desmontes experimentais e definição de um diagrama para o tratamento dos minérios.

Durante o ano não se contabilizaram gastos com o projeto, uma vez que, por razões imputáveis à Almada Mining, SA, se registou um atraso no seu arranque, que se admite ocorra no 1º trimestre de 2013.

### **Semblana**

A faixa piritosa é um ativo mineiro nacional de elevado interesse, o qual continua a ser observado atentamente por parte da EDM.

Tendo em consideração o "Acordo de parceria" estabelecido com a Somincor, em 2005, e o facto de ter sido identificada uma massa mineral de elevado interesse económico, denominada como Semblana, a EDM continuou a acompanhar os trabalhos de prospeção realizados pela Somincor.



Apesar dos trabalhos de prospeção ainda se encontrarem numa fase inicial, as informações fornecidas pelas sondagens realizadas indicam que se trata claramente de um mineral de elevado interesse económico, a justificar a ponderação do acionamento do direito de opção até 15%, oportunamente acordado entre a EDM e a Somincor.

Durante o ano não se verificaram gastos com o projeto que se admite só venham a ocorrer em 2014/2015.

### **3.2.3. Acompanhamento de iniciativas no exterior**

O ano de 2012 fica marcado pela cimentação dos contactos no exterior com vista à criação de projetos de prospeção mineira designadamente no território moçambicano.

#### **Moçambique**

Durante o ano de 2012 a EDM manteve e intensificou os contatos com as diversas empresas ligadas ao setor mineiro, privado e público, e entidades oficiais moçambicanas, nomeadamente ao nível do Ministério dos Recursos Minerais, Direção Nacional de Minas e Direção Nacional de Geologia, reforçando deste modo a estratégia de internacionalização e de expansão em Moçambique. Salienta-se que a integração da EDM na deslocação oficial do Senhor Secretário de Estado da Energia, realizada em Maio, facilitou o desenvolvimento das ações naquele país.

#### **EMEM (Empresa Moçambicana de Exploração Mineira)**

A EMEM tem sido o interlocutor que mais tem sido privilegiado nesta fase, principalmente pelas sinergias identificadas entre as empresas bem como pelo fato de se tratar de um canal de rápido acesso a toda a estrutura que regula a indústria mineira em Moçambique.

- Protocolo

Em Agosto de 2011 foi assinado um Memorando de Cooperação Económica, Técnica e Científica, entre a EDM e a EMEM, nos quais as empresas se comprometem a colaborar dentro dos patamares enunciados e em três linhas mais específicas

h 03

↑  
f



(formação técnica, colaboração em projetos de prospeção e criação de unidades móveis para o tratamento de ouro).

A assinatura deste documento permitiu criar um instrumento geral que dá enquadramento a todas as áreas de colaboração.

- **Prospeção em Áreas Comuns**

No âmbito do protocolo incluem-se trabalhos de prospeção e no final de 2012 foram selecionadas três áreas relativamente às quais foi acordado com a EMEM a realização de um consórcio, para cada um dos projetos, com o objetivo de avançar no conhecimento e avaliação do potencial mineiro, em cada uma das áreas selecionadas.

As áreas que foram selecionadas são:

- Tambara (Manica) - ouro
- Natala (Cabo Delgado) - ouro
- Mugulama (Zambézia) – Terras Raras e Coltan



*Localização das áreas de interesse em Moçambique*

MCS  
M  
X

- Mina Alumina

No âmbito do processo negocial para a aquisição da Mina Alumina por parte da EMEM, a EDM colaborou diretamente na operação de avaliação, cuja conclusão ocorreu no final de 2012. No relatório de avaliação foram tidos em consideração os mais variados aspetos ligados ao funcionamento da operação em questão, nomeadamente de natureza geológica, industrial, comercial e financeira. O estudo elaborado será alvo de análise por parte da EMEM e Estado Moçambicano, neste caso e mais especificamente pela Ministra dos Recursos Minerais.



*Cortas das Mina Alumina*

### **Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”**

Em articulação com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), a EDM assinou um contrato de colaboração com a Direção Nacional de Geologia de Moçambique, com vista à realização de um estudo abrangente dedicado aos recursos minerais de Moçambique, atualizando em versão de língua portuguesa uma publicação de 2004 que só existe em inglês e alargando o seu âmbito a aspetos de aproveitamento económico.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'MS'.

No decorrer de 2012 foram realizadas diversas ações de trabalho, nomeadamente com o Dr. Siegfried Lächelt, que em coordenação com a EDM já elaborou uma primeira versão do referido documento, que incorpora a descrição geológica de Moçambique.

### **3.2.4. Outras atividades**

No final do ano a EDM acompanhou o Senhor Secretário de Estado da Energia na visita realizada ao Japão e na qual foram desenvolvidas ações com vista à divulgação do potencial geológico e mineiro do país bem como de captação de investidores para o setor.

No contexto da participação e divulgação científica dos recursos geológicos junto da comunidade académica e do público em geral a EDM participou, como orador, nas Jornadas da Associação Portuguesa de Geólogos e no 1º Encontro de Engenheiros dos Países de Língua Oficial Portuguesa, organizado pela Ordem dos Engenheiros.

### **3.3. Atuações Diversas**

Foram continuadas ou desenvolvidas atuações noutros domínios, de que se destacam:

#### **3.3.1. Protocolo DGEG/EDM**

No âmbito do protocolo existente entre a DGEG/EDM e para além das ações já descritas no capítulo referente à atividade no domínio técnico-ambiental (TP1 e TP2), continuaram a ser desenvolvidas um conjunto de atividades de dinamização e promoção do setor dos recursos geológicos (TP3 e TP4) e de que se destacam:

#### ***Cluster da Pedra Natural***

Trata-se de um projeto dinamizado pelo CEVALOR, envolvendo diversas entidades a nível nacional. A EDM apoiou a criação da “Associação Valor Pedra” constituída em 2009, sendo um dos associados fundadores da mesma. Em 2012 a EDM continuou a sua colaboração com esta entidade com o objetivo de dinamizar o setor.

Handwritten initials and signature in blue ink.



## Roteiro de Minas

O “Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal”, uma iniciativa enquadrada no protocolo assinado entre a EDM e a DGEG, está disponível na web desde maio de 2010 e tem entre os seus objetivos a divulgação científica dos temas mineiros e geológicos, o aproveitamento do potencial de desenvolvimento dos territórios associados às atividades extrativas e a criação de uma imagem pública favorável à atividade mineira.

O Roteiro, por sua vez, foi sujeito a um protocolo específico entre as duas entidades atrás mencionadas e 29 parceiros, responsáveis no terreno por um conjunto de iniciativas de enquadramento institucional, de dimensão e características diferenciadas, necessariamente relacionadas com a geologia e minas.

O “Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal” tem entre os seus objetivos particulares dar visibilidade a iniciativas dirigidas a diversos públicos, sempre com a preocupação da promoção da literacia científica, da salvaguarda do património e da segurança dos locais. Muitas dessas iniciativas locais estão relacionadas com os trabalhos realizados ou em realização pela EDM, procurando-se um efetivo aproveitamento desses espaços, nomeadamente pelas populações locais. Presentemente o roteiro conta, conforme referido, com 29 parceiros, envolvendo 32 locais, e mais de 100 pontos de interesse mineiro e/ou geológico passíveis de visita.

Dos desenvolvimentos ocorridos durante o ano de 2012 destacam-se:

- Plataforma informática: foi dado por concluído o *website* do projeto e a ferramenta informática de suporte nas suas componentes mais finas;
- Conteúdos em língua inglesa e língua espanhola: foi assegurada a tradução dos conteúdos do website para as línguas inglesa e espanhola;
- O encontro anual de Parceiros realizou-se na cimenteira de Maceira-Liz (junho de 2012) a convite da respetiva autarquia;
- Colaboração com entidades externas: a fim de garantir a adequada visibilidade das atividades do Roteiro e dos seus Parceiros foram estabelecidos e aprofundados os contactos com outras entidades externas ao Roteiro, onde podemos destacar o Turismo de Portugal IP, as Entidades Regionais de Turismo e as Agências de Promoção Turística (Porto e Norte de Portugal, Alentejo);

↗  
UCS  
+

### **3.3.2. Stock urânio**

Em 2012 com a publicação do Decreto-Lei nº 145/2012 de 11 de julho, os ativos de urânio armazenados na Urgeiriça foram transferidos para a EDM como prestação acessória de capital. O acionista tomou a deliberação unânime por escrito de nomeação do Revisor Oficial de Contas para elaborar o relatório nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais para avaliação daqueles bens como condição prévia à transferência. O relatório assim elaborado atribuiu o valor de €13.731.185,00 aos concentrados de urânio, valor contabilizado em inventários tendo como contrapartida no capital próprio o mesmo valor em prestação acessória de capital. Neste contexto apenas foi faturado ao LNEG o montante correspondente ao armazenamento durante o 1º semestre de 2012.

Em 20 de setembro ocorreu a inspeção anual por parte da EURATOM.

### **3.3.3. Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeiriça**

Na sequência da assinatura de Protocolo com a Comissão de Moradores dos Bairros Mineiros da Urgeiriça, em 14 de abril de 2008, com vista à medição dos níveis de radão nas habitações e a eventuais intervenções, e após definição dos tipos dessas intervenções em sequência do estudo de caracterização radiológica efetuado pelo Departamento de Ciências da Terra, da Universidade de Coimbra, desencadeou-se o processo de realização de obras nas 3 casas piloto previstas no protocolo. No decorrer do ano de 2012 deu-se início à reparação da primeira habitação, cuja conclusão está agendada para meados de 2013.

### **3.4. Participada EDMI-Empresa de Projetos Imobiliários**

A EDMI, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

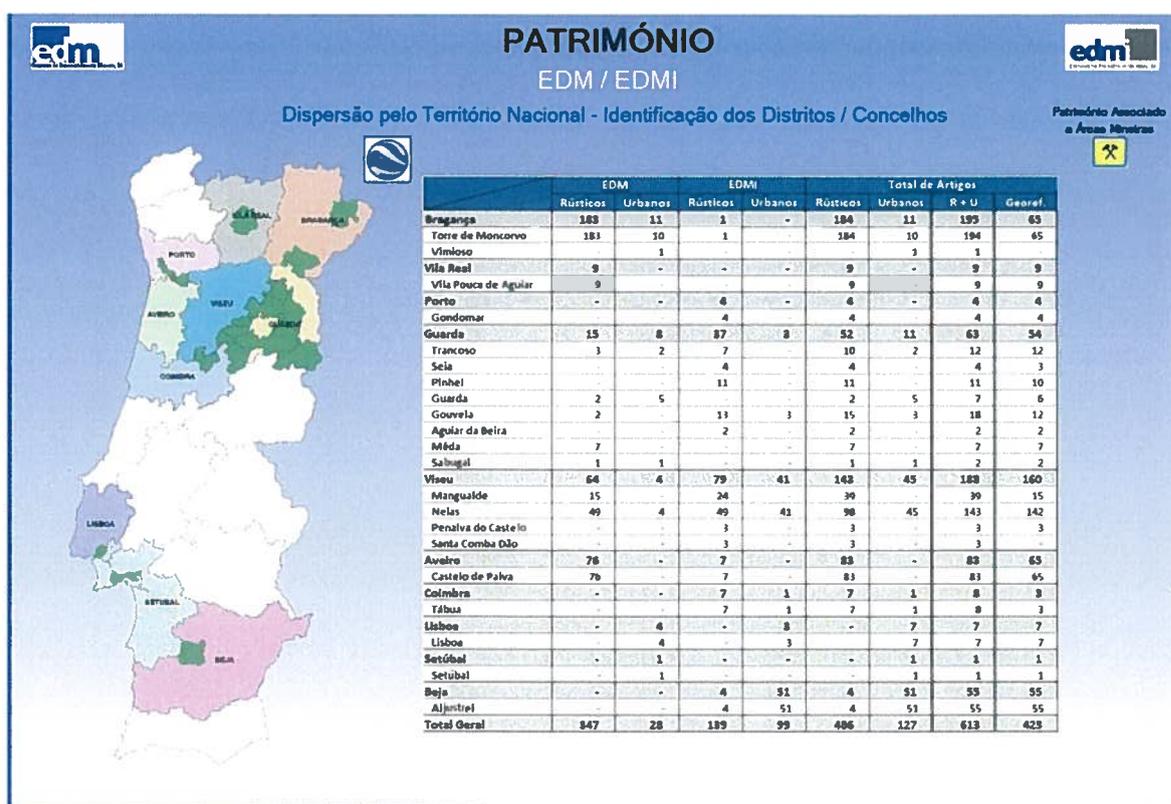
No caso concreto dos imóveis transmitidos pela ex-ENU, há a registar o facto de que a maioria corresponde a terrenos que requerem intervenções de natureza ambiental, não estando pois nas condições necessárias para uma eventual rentabilização ou, mesmo alienação.

Handwritten signatures and initials in blue ink are visible on the right margin of the page, including what appears to be 'M U' and a signature.

No exercício de 2012, a sociedade alienou apenas um imóvel em Aljustrel e manteve a atividade de administração de imóveis próprios e da EDM. A comercialização do loteamento Casas do Moinho, Cerro do Malpique em Aljustrel, em consequência da situação generalizada de crise que se atravessa e, em particular no mercado imobiliário com a falta de financiamento e do agravamento do desemprego, não está a ter o desenvolvimento pretendido.

Na generalidade mantiveram-se os arrendamentos existentes com exceção de um andar em Lisboa e celebraram-se dois novos contratos. No período de verão ocorreu um incêndio na zona de Moncorvo que afetou a floresta ali existente.

O processo de georreferenciação dos imóveis encontra-se em avançado estado de realização.



Relativamente às contas do exercício de 2012, destacam-se os valores relativos a Vendas e Serviços Prestados (€ 167.253,64), e Fornecimentos e Serviços Externos (€ 95.338,38).

O resultado líquido do exercício de 2012 foi positivo em € 29.001,33, e o capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é de €954.815,63.

Durante o exercício foi possível à EDM I reembolsar € 150.000,00 dos suprimentos efetuados anteriormente pela EDM.

*Handwritten signature/initials in blue ink.*

## IV. Recursos Humanos

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2012 foi de 20 dos quais 6 com contrato a termo. Em 2012 não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias tendo sido mantidas as reduções salariais decorrentes da Lei nº 64- B/2011, de 31 de dezembro. Estas reduções abrangeram 70% dos trabalhadores. Foram também suspensos os pagamentos dos subsídios de férias e de Natal, para vencimentos base acima de €1.100,00. Apenas 1 trabalhador recebeu a parte proporcional dos subsídios, dado que o vencimento se integrava entre €600,00 e €1.100,00.

Foi preocupação da empresa o desenvolvimento da formação profissional contínua dos seus colaboradores designadamente na área da prospeção geológica.

MOS  
L  
T

## V. Situação Económica e Financeira

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2012 foram os seguintes:

- Distribuição de dividendos ao acionista, no montante de € 570.163,13 efetuada em abril de 2012, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral de 20 de março de 2012;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de € 8.278.353,26;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança, recuperação de solos, pedreiras abandonadas e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 734.421,14;
- Recebimento do montante de €8.603.769,42 do QREN, correspondente a investimentos elegíveis dos projetos de recuperação ambiental, incluindo adiantamentos disponibilizados pelo mecanismo de “top up”;
- Recebimento do montante de € 310.196,00, relativo a parte dos investimentos da concessão “não elegíveis” a fundos comunitários referentes a 2009; no final do ano encontrava-se por receber o montante global de € 1.634.723,74, relativos a pedidos de reembolso de despesas não elegíveis desse ano, tendo sido já recebido em janeiro de 2013 o montante de € 503.554,00;
- Recebimento do montante de € 248.562,05 relativo à armazenagem e vigilância dos concentrados de urânio em 2011, tendo sido já recebido em janeiro de 2013 o valor de €124.062,34 relativo ao 1º semestre de 2012;
- Recebimento do montante de € 503.486,34, relativo ao contrato de cessão de créditos celebrado com a CPPE em 1997;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações, no montante de € 150.215,31, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

A **transferência dos concentrados de urânio para a EDM**, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 145 /2012, de 11 de julho e de acordo com o relatório de avaliação do ROC elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, conduziu à contabilização em

MS  
MS  
+

“Inventários de Mercadorias” do montante de €13.731.185,00 e igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” como “Prestação Acessória de Capital”.

Por último é de referir a **evolução dos processos de contencioso sobre IVA** a pagar ao Estado que teve origem numa liquidação adicional de IVA relativa ao imposto de 1988 a 1992 (em conjunto com 5 outros processos decididos, em tribunal no todo ou em parte a favor da EDM) baseado numa interpretação da administração fiscal diferente da utilizada pela empresa no que concerne ao tipo de operações enquadráveis em sede de IVA.

Após ter sido dado por extinto pela DGCI no início de 2010, a decisão foi posteriormente revogada pela Direção de Finanças em julho de 2010, tendo a Empresa interposto os recursos hierárquicos e deduzida oposição em Tribunal, com a prestação de novas garantias bancárias. As decisões não foram favoráveis e a EDM foi compelida a efetuar o pagamento do montante global de €972.586,60, sob pena de serem acionadas as garantias bancárias. Após uma reclamação decidida contra a EDM, foi apresentado recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo que, já em 2013, veio decidir a favor da EDM, determinando a repetição do julgamento no Tribunal Tributário de Lisboa.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço e Demonstração de Resultados e anexos, **evidenciam**:

- *Resultado líquido* positivo de € 900.804,88;
- *Vendas e serviços prestados*, no montante de € 100.863,69, relativos a armazenamento do *stock* de urânio durante o 1º semestre de 2012. Sublinhe-se que com a transferência desse ativo para a EDM nos termos do Decreto Lei 145/2012 com data valor de julho de 2012, apenas foi processada a prestação de serviços relativa ao 1º semestre;
- *Trabalhos para a própria entidade* no valor de € 683.313,04, que se referem à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental e de segurança;
- *Fornecimentos e Serviços Externos*, no valor de € 520.452,52, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€ 137.312,91), de energia e fluidos (€ 67.375,97), vigilância e segurança (€ 69.761,83); o valor apurado é inferior em 10,34% relativamente ao ano anterior e 33,99 % inferior ao registado em 2010;
- *Gastos com pessoal*, no montante de € 1.003.420,19, que incluem as remunerações e encargos sociais dos membros dos órgãos sociais no montante de €233.577,66 e as

Handwritten blue ink marks, including a checkmark and some illegible scribbles, are present in the bottom right corner of the page.

remunerações e encargos sociais do pessoal no montante de €623.572,37; o valor registado é inferior em 10,86% ao valor registado em 2011, e 27,46% inferior ao registado em 2010, em consequência das reduções remuneratórias, da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e 13º mês e alterações no quadro de pessoal;

- *Outros rendimentos e ganhos*, no montante de € 1.296.434,93 que compreendem rendimentos suplementares de € 57.760,30, ganhos relativos à participada EDMI de €29.001,33, outros proveitos operacionais de € 129.229,99, outros rendimentos em ativos financeiros de € 1.080.013,14 e € 430,17 de descontos e outros;
- *Outros Gastos e Perdas* no montante de € 209.317,58 dos quais € 15.724,67 se referem a impostos e taxas, € 181.786,08 a correções de exercícios anteriores e € 11.806,83 a outros;
- *Gastos de amortizações*, no montante de € 76.885,89;
- *Juros e rendimentos similares obtidos* de € 741.311,69 relativos a rendimentos de aplicações financeiras no IGCP, cujas taxas de remuneração são inferiores às anteriormente obtidas pela EDM, na banca comercial;
- *Juros e gastos similares suportados* de € 21.361,00;
- *Imposto sobre o rendimento* do período no montante de € 89.681,29 relativo a imposto sobre o rendimento, tributação autónoma e derrama;
- *Ativo não corrente*, no valor de € 14.850.968,30, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€ 5.898.520,65) e os investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€ 2.665.364,21);
- *Ativo corrente* no montante de € 58.321.298,38, destacando-se o valor relativo a Inventários no montante de €13.731.185,00 como já referido anteriormente;
- *Passivo não corrente* de € 2.269.737,29, dos quais € 2.048.866,00 relativos a provisões;
- *Passivo corrente* de € 17.064.817,80, dos quais € 16.376.569,32 respeitam a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar;
- *O Ativo Líquido* em 31 de dezembro de 2012 é de € 73.172.266,68 e o Capital Próprio de €53.837.711,59.

## VI. Sociedade e Governance

### 6.1. Governo da Sociedade

#### 6.1.1. Missão, objetivos e políticas da empresa

##### Missão

- Proceder, na qualidade de representante do dono da obra, o Estado, à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização económica, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho).
- Conceber e executar, por si só ou em joint ventures, projetos de prospeção, pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base de Recursos correspondente ao território nacional.
- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia, energia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.
- Servir de instrumento do Governo na assessoria técnica especializada e em intervenções estratégicas no domínio geológico-mineiro, no país e no estrangeiro.

##### Objetivos Gerais

- Otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.
- Contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico.
- Recuperar e valorizar, na vertente ambiental, as antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, bem como monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio, de molde a cumprir as normas internacionais que regulam o setor.

Handwritten initials and signature in blue ink.

Embora não tendo sido celebrados contratos de gestão nem objetivos quantificados a apreciação da atividade desenvolvida em 2012 permite concluir, pelo nº de candidaturas apresentadas aos Programas Comunitários e pelo volume de investimentos em curso face aos meios disponibilizados para o efeito pelo Concedente, que os objetivos foram alcançados no quadro do cumprimento das orientações específicas, conforme se refere também em 6.2.

#### **6.1.2. Regulamentos internos e externos**

A EDM, na sua qualidade de empresa do Setor Empresarial do Estado, está sujeita aos diversos procedimentos em vigor para este setor, nomeadamente o dever de informação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral de Finanças.

Internamente, existem regulamentos relativos à estrutura orgânica, delegação de competências, plano de pensões, despesas de saúde, assiduidade e seguro de vida.

No que se refere ao “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2001, de 9 de agosto, cuja renovação autorizada pela RCM nº62/2011, de 15 de dezembro, foi concretizada em 21 de agosto de 2012 por mais 4 anos, a empresa tem assumido as obrigações nele estipuladas.

#### **6.1.3. Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas**

No exercício de 2012, a EDM não realizou qualquer negócio ou operação com empresas participadas que se possam considerar relevantes em termos económicos.

#### **6.1.4. Informação sobre outras transações**

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

As transações ocorridas verificaram-se em condições de mercado.

Em 2012 registaram-se transações superiores a 1 milhão de euros, associadas a empreitadas relativas aos projetos, com as seguintes entidades:

- Custódio Santos Guerra - €2.409.489,20 (não inclui IVA);
- MT3- Engenharia e Obras, LDA - €1.792.051,83 (não inclui IVA).

#### **6.1.5. Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais**

O governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração. Os órgãos sociais são os seguintes:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único

Os órgãos sociais para o triénio 2010-2012 foram eleitos na Assembleia Geral realizada em 4 de junho de 2010, com a seguinte composição:

#### **Mesa da Assembleia Geral**

- Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes
- Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

#### **Conselho de Administração**

- Presidente – Rui da Silva Rodrigues
- Vice-Presidente – Mário Jorge Ferreira Guedes
- Vogal Executivo – José Manuel Gaspar Nero

#### **Fiscal Único**

- ROC Efetivo – “RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva
- ROC Suplente – Alberto Arnauth Ribeiro

#### **Comissão de Fixação de Vencimentos**

- Presidente: Filomena Maria Amaro Vieira Martinho Bacelar
- Vogal: Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio
- Vogal: Cristina Maria Pereira Leite

M4  
17  
✗



## **Atribuições do Conselho de Administração**

A gestão da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, cujas funções estão definidas no artigo 13º do contrato de sociedade e no Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho é composto por 3 membros, com funções executivas:

### **Presidente**

Rui da Silva Rodrigues

Estratégia; Representação Exterior; Coordenação Geral; Gestão Financeira; Comunicação; Cumprimento das deliberações.

### **Vice-Presidente**

Mário Jorge Ferreira Guedes

Gestão Administrativa; Recursos Humanos; Valorização dos Recursos Minerais; Participadas na vertente de Valorização dos Recursos Minerais e EDMI; Relações Institucionais na vertente de Valorização dos Recursos Minerais; Substituição do Presidente.

### **Vogal**

José Manuel Gaspar Nero

Gestão Técnico-Ambiental e Concessão; Projetos de Investigação; Segurança de minas dos radioativos; Participadas na vertente Ambiental e EDMI; Relações Institucionais na vertente Ambiental.

### **Fiscal Único**

A fiscalização da sociedade está atribuída a um Fiscal Único que é Revisor Oficial de Contas.

### **Auditor**

O auditor externo da Empresa é a BDO & Associados.

MOS  
M  
+

### 6.1.6. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes.

#### Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas, de acordo com a ata da Comissão de Fixação de Vencimentos datada de 20 de dezembro de 2004, senhas de presença nos valores de € 581,19 e de € 365,93, para a Presidente e Secretária respetivamente. Os valores pagos foram reduzidos, por indicação dos próprios, em 10%.

Senhas de presença (€)	Presidente	Secretário
2012	523	329

#### Órgão de Fiscalização

Fiscal Único/ROC

	2012	2011
Remuneração Anual (€)	12.240,00	12.240,00

**\*\* Em 2012 foi aplicado o artigo 22º da Lei 64-B/2011 (Lei OE/2012) SIM  Não**

**Face à informação disponibilizada não implicou redução**

#### Conselho de Administração

As remunerações dos membros do Conselho de Administração, foram fixadas na Assembleia Geral de 4 de junho de 2010, com as reduções de 5% e de 10% decorrentes, respetivamente, da aplicação do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho e do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantidas pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

O novo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro (que dá nova redação ao Decreto-Lei nº 71/2007, de 28 de Março) conjugado com a RCM 16/2012, de 14 de fevereiro e RCM nº 36/2012, de 26 de Março, fixaram a classificação da EDM no nível C, pelo que as remunerações seriam as seguintes:

MS  
 ↗  
 P

	Vencimento	Desp.representação	Total
Presidente	3.914,36	1.565,74	5.480,10
Vice-Presidente	3.522,92	1.409,17	4.932,09
Vogal	3.131,49	1.252,60	4.384,09

(\*) Valores reduzidos de acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro

No entanto e de acordo com as orientações da DGTF, a comparação das remunerações fixadas na Assembleia Geral de 4 de junho de 2010 e as que resultam da aplicação da RCM 16/2012, conforme tabela anterior, deve ser feita na base mensal e não anual, pelo que resulta a seguinte tabela para o processamento de remunerações aos membros do Conselho de Administração:

	Vencimento	Despesas de Representação	Total
Presidente	5.282,46	n.a.	5.282,46
Vice-Presidente	4.833,25	n.a.	4.833,25
Vogal	3.131,49	1.252,60	4.384,09

(\*) Valores reduzidos de acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro

### Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2012**	2011
Auditor Externo		
Remuneração anual auferida€	16.440	16.440

\*\* Em 2012 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM  Não

Face à informação disponibilizada não implicou redução

O quadro seguinte apresenta a informação anterior conforme orientações para prestação de contas de 2012 da DGTF.

## Remunerações 2012

EPNF Anexo 4

## 1. Mesa Assembleia Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral Mandato I	2011		
	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	581,19	n.a.	365,93
Redução remuneratória*	58,12		36,59
Remuneração anual efetiva	523,07		329,34

\* Decorrente da Lei 64-B/2011

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral Mandato I	2012		
	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	581,19	n.a.	365,93
Redução remuneratória*	58,12		36,59
Remuneração anual efetiva	523,07		329,34

\* Decorrente da Lei 64-B/2011

## 2. Órgão (s) de Fiscalização

Fiscal Único

Unid: €

Fiscal Único	2011	2012
Remuneração anual auferida	12.240,00	12.240,00
Redução remuneratória*	n.a.	n.a.
Remuneração anual efetiva	12.240,00	12.240,00

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Face à informação disponibilizada não implicou redução

## 3. Auditor Externo

Unid: €

Auditor Externo	2011	2012
Remuneração anual auferida	16.440,00	16.440,00
Redução remuneratória*	n.a.	n.a.
Remuneração anual efetiva	16.440,00	16.440,00

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Face à informação disponibilizada não implicou redução

MG  
 17  
 10

## 4. Conselho de Administração

Unid: €

	Presidente	Vice-Presidente	Vogal
<b>Mandato</b>	I	I	I
<b>Adaptado ao EGP (Sim/Não)</b>	Sim	Sim	Sim
<b>Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)</b>	<b>63.389,52 €</b>	<b>57.999,00 €</b>	<b>53.013,48 €</b>
<b>OPRLO</b>	Não	n.a.	n.a.
<b>Entidade de Origem</b>	DGEG	-	-
<b>Entidade pagadora (EDM)</b>			
1.1.Remuneração Anual	86.496,34 €	79.140,88 €	50.302,14 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0,00 €	0,00 €	11.273,40 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	4.324,74 €	3.956,96 €	792,78 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	8.217,16 €	7.518,42 €	1.506,30 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	10.564,92 €	9.666,50 €	6.262,98 €
1.7.Reduções de anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)</b>	<b>63.389,52 €</b>	<b>57.999,00 €</b>	<b>53.013,48 €</b>
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.Outras (identificar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de refeição	3.570,00 €	3.450,00 €	3.660,00 €
<b>Encargos com benefícios sociais</b>			
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	6.740,28 €	12.235,13 €	10.473,02 €
Seguros de saúde	1.149,50 €	554,75 €	1.149,50 €
Seguros de vida	1.440,63 €	1.440,63 €	1.440,63 €
Seguro de Acidentes Pessoais	538,21 €	538,21 €	538,21 €
Outros (indicar)	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Acumulação de Funções de Gestão (S/N)</b>	S	S	S
Entidade (identificar)	EDMI	EDMI	EDMI
Remuneração Anual	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Parque Automóvel</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>	<b>Vogal</b>
<b>Mandato</b>	<b>I</b>	<b>I</b>	<b>I</b>
Modalidade de Utilização	Serviço/Próprio	Serviço/ALD	Serviço/ALD
Valor de referência da viatura nova	46.815,00 €	28.923,00 €	35.023,00 €
Ano Início	n.a.	2010	2010
Ano Termo	n.a.	2014	2014
N.º prestações (se aplicável)	n.a.	48	48
Valor Residual	n.a.	€4,13+IVA	744,00 €
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	n.a.	10.437,23 €	12.463,53 €
Combustível gasto com a viatura	3.810,07 €	3.273,44 €	2.727,60 €
Plafond anual Combustível atribuído	n.a.	n.a.	n.a.
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	4.158,13 €	2.778,79 €	1.205,45 €
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não
<b>Outras regalias e compensações</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>	<b>Vogal</b>
<b>Mandato</b>	<b>I</b>	<b>I</b>	<b>I</b>
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	n.a.	n.a.	n.a.
Gastos anuais com comunicações móveis	não autonomizado face a contrato global		
Outras (indicar)	-	-	-
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não
<b>Gastos c/ deslocações</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vice-Presidente</b>	<b>Vogal</b>
<b>Mandato</b>	<b>I</b>	<b>I</b>	<b>I</b>
Custo total anual c/ viagens	131,00 €	410,09 €	1.732,98 €
Custos anuais com Alojamento	517,40 €	911,06 €	74,00 €
Ajudas de custo	583,73 €	2.168 €	1.167 €
Outras (indicar)	-	-	-

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

1. Apólice de grupo. Valores apurados pela divisão do prémio anual pelo nº de colaboradores abrangidos.
2. As viaturas referidas são as predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são utilizadas na deslocação às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património (de norte a sul do país).
3. Nas deslocações ao estrangeiro, as despesas com viagens integram igualmente a componente de alojamento.

MB

M

P

### **6.1.7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental**

#### **§-“Estratégias adotadas”**

– *No domínio técnico-ambiental:*

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras, de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Incrementar as ações de segurança e enquadramento paisagístico de antigas pedreiras.

– *No domínio dos Recursos Minerais:*

- Realização de atividades de prospeção e inventariação de recursos minerais conducentes a uma melhoria do conhecimento da “base de recursos minerais” do território nacional e no estrangeiro por via preferencial da participação em Consórcios;
- Avaliação económica de projetos de prospeção que justifiquem avançar para a fase de pré-viabilidade e participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada, preferencialmente em consórcios;
- Estabelecimento de atividades de cooperação preferencial com os países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) nos domínios da prospeção e pesquisa e aproveitamento de recursos;
- Participar em ações de promoção e valorização o património geológico-mineiro nacional.

– *No domínio da estrutura e da organização da empresa:*

- Otimizar a gestão dos ativos;
- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

MS  
M  
X



### **§-“Grau de cumprimento das metas fixadas”**

Da confrontação das propostas oportunamente apresentadas e constantes do Plano de atividades e Orçamento para 2012, com os resultados obtidos, conclui-se que, no âmbito estrito das respetivas competências e responsabilidades do Conselho de Administração, os objetivos visados foram alcançados, como se evidencia designadamente pelos valores dos resultados líquidos registados.

### **§-“Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade”**

A eficiência económica, financeira, social e ambiental tem constituído uma meta da atividade da EDM com vista a garantir a sua sustentabilidade.

Para alcançar este objetivo têm vindo a ser prosseguidas políticas de rigor e contenção na aplicação dos fundos da empresa e de diversificação do seu “core”, cujo enquadramento estratégico se apresenta no parágrafo relativo a estratégias adotadas.

O seu desenvolvimento em políticas mais detalhadas consta do capítulo VII - Perspetivas futuras” deste Relatório e Contas, o qual sintetiza as ações a desenvolver incluídas no Plano e Orçamento para 2013, oportunamente apresentado para aprovação pelos acionistas.

Prevê-se que a EDM reforce o seu posicionamento quer no domínio técnico - ambiental quer no dos recursos minerais, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.

### **§-“Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa”**

A estratégia de diversificação adotada com o reforço da intervenção na vertente de Recursos Minerais visa, também, proporcionar à empresa melhores condições de sustentabilidade face à tarefa principal até agora desenvolvida, assente na área de remediação ambiental, no quadro do contrato de concessão celebrado com o Estado ao abrigo do decreto-lei nº 198-A/2001 de 6 de julho, renovado por mais 4 anos através da RCM nº62/2011, de 15 de dezembro.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Importa ter presente que o lançamento de novos projetos de remediação ambiental já anteriormente identificados e integrantes do documento acordado com os Ministérios da Economia e Inovação e do Ambiente e Ordenamento do Território (Documento Enquadrador - Recuperação do Passivo Ambiental Eixo Prioritário III- POVT, Grupo de Trabalho Despacho 28176/2007 de 14 de dezembro, MAOTDR e MEI), está condicionado à afetação que seja possível garantir de recursos financeiros para cobrir as componentes nacionais, envolvendo também as despesas não elegíveis aos fundos estruturais.

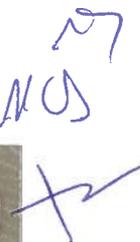
Sublinhe-se que a EDM participou ativamente nos trabalhos referentes à preparação do Novo Quadro Estratégico Europeu 2014-2020, designadamente no que respeita ao novo instrumento enquadrador do futuro período de programação (Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia), no qual a EDM propôs a inclusão de uma ação específica para a recuperação ambiental das minas degradadas e abandonadas integrada no objetivo temático 6 – “Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos”, que proporcionasse a continuação do programa atual.

#### §-“Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

- **Responsabilidade social**, designadamente, *garantia da promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação; gestão adequada do capital humano da empresa e adoção de práticas ambientalmente corretas*
- **Desenvolvimento sustentável**, nomeadamente, *criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades), promoção da proteção ambiental e contribuição para a inclusão social*
- **Serviço público** e *de satisfação das necessidades da coletividade”*

Pensar a sustentabilidade, a cidadania, a responsabilidade social, a ética empresarial e outros conceitos que remetem para o bem comum, está hoje e nos últimos anos, no alicerce de uma consciência global.

Tal contexto impregna as ações empresariais e mais ainda as que fazem parte de setores que têm uma memória social “torturada” como é o caso do setor extrativo, que deixou feridas visíveis que hoje são assumidas por alguns governos nacionais e autoridades locais. É o caso do Governo português e da responsabilidade que por via deste é atribuída à EDM na recuperação das antigas minas abandonadas, cuja gestão respeita os princípios inerentes a diversas dimensões da

MS  


atividade empresarial: a “**responsabilidade social**”, o “**desenvolvimento sustentável**” e “**serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade**”.

De facto, a estratégia da EDM:

- Observa os princípios da **responsabilidade social** traduzidos
  - Na garantia de promoção da igualdade de oportunidades e no respeito pelos direitos humanos e de não discriminação;
  - Na gestão adequada do capital humano da empresa, em que a EDM tem procurado valorizar e premiar o desempenho dos seus colaboradores, dentro das limitações existentes. Existe também um conjunto de seguros dos ramos saúde, vida e acidentes. A Empresa tem em vigor, desde 1990, um plano de pensões com o objetivo de complementar a pensão da segurança social. Este plano, que era de benefício definido, foi alterado em 2006 para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo;
  - E, principalmente, na adoção de práticas ambientalmente corretas.
- Promove o **desenvolvimento sustentável**, pois os princípios orientadores de desenvolvimento que estão em consonância com os princípios básicos do Desenvolvimento Sustentável, ou seja, éticos e de boa gestão, são os seguintes:
  - Assegurar a eficácia das ações segundo as melhores práticas, garantindo o cumprimento dos requisitos da Concessão que servem de suporte à sua missão, objetivos e gestão;
  - Promover a aprendizagem, adaptabilidade e inovação tendo em atenção a redução, prevenção e minimização dos impactes ambientais das ações;
  - Garantir a transparência e o “Bom Governo” através da comunicação, diálogo e participação com os stakeholders da empresa, em particular as comunidades locais, potenciando a salvaguarda dos seus interesses;
  - Conciliar os interesses comuns entre os municípios e regiões das áreas mineiras a recuperar e os objetivos da EDM, dado que ambos os interesses se relacionam com as necessidades de conservação da natureza, a segurança e a gestão do bem

Handwritten signature and initials in blue ink.

público e a gestão e o planeamento do território nacional. A EDM comunica com estas instituições através de reuniões ao longo do todo o ciclo de vida de cada um dos projetos de recuperação ambiental, sendo de realçar a instituição de um diálogo profícuo no sentido da dupla contribuição para a recuperação das áreas mineiras degradadas mas principalmente da valorização sócio-económica das áreas recuperadas.

- E rege-se pelos princípios da **missão de serviço público**, que contribuem para o bem comum e é fonte inequívoca de orientação das práticas de Responsabilidade Social e da sua avaliação, na medida em que na génese da sua principal atividade estão integrados objetivos de Responsabilidade Social associados à recuperação ambiental mineira e valorização socioeconómica das minas abandonadas, que dão consistência inegável à contribuição da EDM para a Sustentabilidade.

**§-“Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via da investigação, inovação, desenvolvimento, e da integração de novas tecnologias no processo produtivo”**

**§-“Planos de ação para o futuro”**

No Plano de Atividades para 2013, oportunamente apresentado, foram identificados vários projetos e iniciativas de alcance estratégico, com vista a consolidar a atividade da empresa e a garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. No item “Perspetivas futuras” deste relatório procede-se ao enquadramento estratégico dessas ações.

#### **6.1.8. Avaliação do grau de cumprimento dos princípios do bom governo**

As características específicas da empresa – acionista único; atividade operacional centrada no cumprimento dos objetivos definidos no “Contrato de concessão para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas” (Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho) e sua “dimensão” - levam a considerar que a empresa cumpre com o espírito dos Princípios de Bom Governo previstos na RCM nº 49/2007, de 28 de março sem necessidade de invocar quaisquer exceções.

No âmbito das suas obrigações a empresa prepara e disponibiliza a seguinte informação: Plano de Atividades e Orçamento Anual; Relatório de Gestão e Contas; Relatório semestral da concessão; Relatório de controlo trimestral de execução da atividade da sociedade.

110  
107  
[Signature]

Esta informação é, sempre que pertinente, acompanhada de pareceres do ROC e dos auditores externos da empresa.

A informação financeira é disponibilizada no site da Empresa através dos Relatórios e Contas anuais e trimestrais.

Toda a informação relativa ao Governo da Sociedade está disponível no site da empresa, incluindo as remunerações dos membros dos órgãos sociais e outros benefícios.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública BizGov.

A empresa disponibiliza ainda, através do seu site, informação detalhada sobre os projetos de recuperação ambiental, nomeadamente no que se refere à tramitação dos respetivos processos administrativos e fases de execução dos mesmos.

#### **6.1.9. Código de Ética**

O Código de Ética, aprovado em 2006, aplica-se a todos os colaboradores de modo a garantir um conjunto de normas éticas, sendo de salientar os seguintes aspetos:

- Atuação pautada por princípios de igualdade, integridade e dignidade;
- Garantia do respeito pelos direitos humanos;
- Cumprimento de determinadas regras no relacionamento com fornecedores e entidades terceiras.

Este Código está disponível em [www.edm.pt](http://www.edm.pt).

#### **6.1.10. Informação sobre a existência de sistema de controle compatível com a empresa**

Os procedimentos internos adotados relativos à verificação, conferência, aprovação dos documentos de despesa e respetivo pagamento têm-se revelado adequados à dimensão da Empresa e ao fim a que se destinam. As operações são devidamente autorizadas e registadas nas contas da sociedade. O Fiscal Único e os Auditores externos procedem, trimestralmente, à verificação de procedimentos e à revisão das contas.

MG  
17  
+



### 6.1.11. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflito de interesses

Os mecanismos adotados encontram-se expressos no Código de Ética e no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, oportunamente, aprovados pela EDM e divulgados no seu site ([www.edm.pt](http://www.edm.pt)), e nas normas a que os membros dos órgãos sociais se encontram obrigados.

De acordo com as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, a EDM aprovou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção que se encontra também disponível no site da Empresa.

### 6.1.12. Explicitação da divulgação da informação prevista na RCM nº 49/2007

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
<b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e Transacções:</b>				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X	Não existiram
Outras transacções	X			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
<b>Órgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	Não existiram
Transacções relevantes com entidades relacionadas			X	Não existiram
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>				
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

Nota: Assinalar no formulário com X as respostas correctas

MCS  
M  
X

## 6.2. Cumprimento das orientações legais

### 6.2.1. Cumprimento de orientações e objetivos de gestão

Embora tenham sido definidas pelo acionista orientações específicas de gestão não foram fixados objetivos nem celebrados contratos de gestão.

Para além dos aspetos relacionados com os princípios orientadores de gestão que a empresa tem vindo a implementar e das orientações gerais do setor que o CA tem tido em consideração nas ações e atividades desenvolvidas, as **orientações específicas** transmitidas ao Conselho de Administração contemplam duas dimensões:

- Uma associada à recuperação e valorização na vertente ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, envolvendo a monitorização e controle de efluentes em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir com as normas internacionais;
- Outra orientada para contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e a criação de valor para o acionista.

A atividade descrita neste Relatório e Contas comprova que a EDM deu cumprimento de forma eficiente e relevante durante o ano de 2012 **às orientações fixadas** naquelas duas dimensões destacando-se:

- No que respeita à **dimensão ambiental** da atividade da EDM a empresa tem em curso, no âmbito da concessão, um volume de investimentos na ordem dos 31,6 milhões de euros, de um total de 59,2 milhões associados a candidaturas apresentadas, contratualizadas e a apresentar no 1º trimestre de 2013 no âmbito do POVT. Esses investimentos constituem uma parte do conjunto identificado de projetos já formatados que seria possível desencadear no curto prazo, caso fosse garantido o montante das participações nacionais previstas nos respetivos regulamentos. Para além disso, procedeu-se em 21 de agosto de 2012 à assinatura de renovação do contrato de concessão, através da qual se estende o período de vigência do contrato por mais 4 anos. Ainda no domínio ambiental a EDM desenvolve outras atividades na área da segurança e recuperação de pedreiras cujos investimentos em 2012 ascenderam a cerca de 734 mil de euros.

- Na vertente dos **recursos minerais** prosseguiram os trabalhos relativos às áreas de prospeção e pesquisa de Argozelo e Pingarela contratualizadas em dezembro de 2011 com a DGEG, constituiu-se um consórcio com a sociedade Almada Mining, SA (participada pela Petaquilla Minerals, Ltd.) que concorreu e obteve a atribuição de uma área para prospeção e concessão experimental em Gralheira/Jales, formou-se o consórcio com a Almina, SA, para prosseguir o estudo de avaliação da viabilidade económica do jazigo do Gavião e acompanhou-se o acordo de parceria com a Somincor. No âmbito internacional reforçou-se a cooperação com Moçambique focada quer na publicação da geologia daquele país quer na preparação de processos de pedidos de atribuição de áreas para prospeção em consórcio com a EMEM.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos **deveres especiais de informação ao acionista** previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2012 **não foi feita a atualização salarial** anual dos trabalhadores da EDM em consequência das disposições para o setor empresarial do Estado na Lei do Orçamento de Estado para 2012, tendo sido mantidas as reduções remuneratórias nele definidas. De acordo com a mesma lei foram suspensos o pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

As **remunerações dos membros do CA**, de acordo com as orientações transmitidas pela DGTF, e como já referido anteriormente, mantêm, no caso do Presidente e do Vice-Presidente, o regime estabelecido na assembleia geral de 4 de junho de 2010 com as reduções impostas pela lei e no caso do Vogal, o regime aprovado pela RCM nº 16/2012.

**Não foram pagos quaisquer prémios de gestão** em 2012 aos membros do Conselho de Administração.

### **6.2.2. Gestão do risco financeiro**

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 73,6%.

Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

107  
MGS  
[assinatura]



Os valores registados na rúbrica do balanço “financiamentos obtidos” referem-se a ALDs de equipamentos e sofreram uma redução de 49,7%.

A EDM não tem passivo bancário pelo que não fica abrangida pelos limites máximos de acréscimo de endividamento.

Gestão de Risco Financeiro – Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
<b>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</b>				
Diversificação de instrumentos de financiamento				N.A.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis				N.A.
Diversificação de entidades credoras				N.A.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado				N.A.
<b>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</b>				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis				N.A.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação				N.A.
Minimização da prestação de garantias reais				N.A.
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)				N.A.
<b>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</b>				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos				N.A.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP				N.A.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento				N.A.
<b>Inclusão nos R&amp;C</b>				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos				N.A.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos				N.A.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro				N.A.
<b>Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira</b>				N.A.

Legenda:

FC – Fundos comunitários

CP – Capital próprio

S – Sim

N – Não

N.A. – Não Aplicável

### 6.2.3. Evolução do prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos

A EDM tem cumprido com as orientações existentes relativas ao prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está muito condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2011 e 2012 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro seguinte.

MG  
17



## Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	15	18	21	39	39	34	28	24

## Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Não há pagamentos em atraso					

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

#### 6.2.4. Deveres especiais de informação

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis (Despacho nº 14277/2008 de 23 de maio) através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, contas previsionais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

#### 6.2.5. Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2011

As recomendações e deliberações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2011 na Assembleia Geral de 20 de março de 2012, foram cumpridas designadamente no que respeita à aplicação de resultados (os dividendos, no valor de €570.163,13, foram pagos no mês de abril), e no que respeita ao integral cumprimento das orientações vigentes para as empresas públicas e suas participadas.

### **6.2.6. Remunerações**

#### **Órgãos Sociais**

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2012 aos membros do Conselho de Administração.

As remunerações do Presidente e do Vice- Presidente do Conselho de Administração foram fixadas na Assembleia Geral de 4 de junho de 2010, mantendo-se os valores fixados em 1 de janeiro de 2002. Mantiveram-se as reduções de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e de 10% da Lei 55-A/2010 mantidas pela Lei 64-B/2011. A remuneração do Vogal do Conselho de Administração, seguiu as mesmas disposições mas a partir de abril de 2012, e de acordo com as orientações transmitidas pela DGTF, é processada de acordo com as novas tabelas e com a classificação de nível C.

Relativamente aos restantes órgãos sociais foi igualmente aplicada a redução prevista na Lei, não tendo no caso do Fiscal Único implicado qualquer alteração face à informação disponibilizada.

Não foram pagos os subsídios de Férias e de Natal nos termos do artº 21º da Lei 64-B/2011.

#### **Auditor externo**

A aplicação das regras de redução prevista na Lei 64-B/2011 não implicou qualquer redução, face à informação disponibilizada.

#### **Restantes trabalhadores**

Aos trabalhadores foram aplicadas as reduções remuneratórias, tendo sido também suspensos os pagamentos dos subsídios de férias e de Natal, para vencimentos acima de €1.100,00, de acordo com a Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

### **6.2.7. Aplicação do artº 32º do Estatuto do Gestor Público**

Relativamente ao disposto no artigo 32º do EGP regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

### **6.2.8. Orientações relativas a normas de contratação pública**

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDM segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública BizGov.

Não se celebraram atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

### **6.2.9. Racionalização das políticas de aprovisionamento**

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, encontrando-se em análise a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e ao sistema de gestão do Parque de Veículos do Estado.

### **6.2.10. Princípio da Igualdade do Género**

A EDM dá cumprimento às orientações sobre o princípio da igualdade do género, sublinhando neste particular 2 medidas: a realização de um autodiagnóstico anual, importante para a introdução de eventuais ajustamentos e a facultação de apoio médico no local de trabalho.

A estrutura de pessoal da empresa reflete-se na seguinte repartição: 44,5% do sexo feminino e 55,5% do sexo masculino.

### **6.2.11. Plano de redução de custos para 2012**

A EDM deu pleno cumprimento ao plano de redução de custos face a 2010, tendo concretizado uma redução de 29,83%:

M  
MO  
P

	2012	2010
FSE + Gastos de pessoal (€)	1.523.872,71	2.171.644,15

A redução dos Fornecimento e Serviços Externos comparativamente a 2010 foi de 33,99%. Os gastos em comunicação e deslocações e estadas também se reduziram relativamente a 2010, em 30,93% e 42,08%, respetivamente.

### 6.2.12. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Durante o ano de 2012 registou-se uma redução de 1 trabalhador face ao ano anterior, tendo-se mantido o único cargo dirigente – ver quadro seguinte.

EPNF Anexo 5

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
<b>Gastos com pessoal (€)</b>	<b>1.383.243,96</b>	<b>1.125.720,94</b>	<b>1.003.420,19</b>
<b>Gastos com Órgãos Sociais (€)</b>	<b>324.686,00</b>	<b>282.993,00</b>	<b>244.380,70</b>
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	11.982,00	22.764,00	41.537,00
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
<b>Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)</b>	<b>83.137,00</b>	<b>75.579,00</b>	<b>63.433,00</b>
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	6.738,00	13.657,00
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
<b>Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)</b>	<b>975.420,96</b>	<b>767.148,90</b>	<b>695.606,49</b>
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	20.184,00	80.599,00
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
<b>Rescisões / Indemnizações (€)</b>	<b>54.592,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.999,60</b>
<b>Designação</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>23</b>
<b>Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Nº Dirigentes sem O.S. (número)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>18</b>

### **6.2.13. Princípio da unidade de tesouraria**

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77º, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria e à medida do vencimento das aplicações, procedeu à sua transferência para o IGCP, onde concentrou as suas disponibilidades. Mantiveram-se nos bancos apenas as aplicações cativas como contragarante de garantias bancárias prestadas à EDM.

Em 2012 a EDM apenas fez aplicações no IGCP quer em certificados de curto prazo (CEDICs) quer em certificados de médio e longo prazo (CEDIMs).

### **6.2.14. Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas**

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contrato para visto prévio.

### **6.2.15. Cumprimento das obrigações legais – Quadro Síntese**

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas de 2012, apresenta-se de seguida, o quadro síntese das obrigações legais a que está obrigada a EDM:



Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão:</b>					
Objetivo 1			X	n.a.	Não foi fixado
Objetivo 2			X	n.a.	Não foi fixado
Objetivo 3			X	n.a.	Não foi fixado
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			X	n.a.	
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-49,70%	
Evolução do PMP a fornecedores	x			+7	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X	n.a.	Não há atrasos
<b>Deveres Especiais de Informação</b>	X			n.a.	
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>					
Recomendação 1 - Distribuição dividendos	X			€ 570.163,13	Pagamento efetuado em abril 2012
Recomendação 2 - Promoção do integral cumprimento orientações SEE para as empresas públicas e participadas	X				
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	X			n.a.	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X			17.241,88 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			9.074,48 €	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			26.494,40 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011			X	n.a.	Face a informação disponibilizada
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			26.922,00 €	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			67.334,00 €	
<b>Artigo 32º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito	X			n.a.	Não há cartões de crédito
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			n.a.	Não há despesas de representação pessoais
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública	X			n.a.	
Normas de contratação pública pelas participadas	X			n.a.	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			2 contratos no valor global de €4.259.187,60 +IVA	
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>		X		n.a.	Em estudo a adesão
<b>Parque Automóvel</b>			X		0
<b>Princípio da Igualdade do Género</b>					
Medida 1 - Realização de autodiagnóstico anual	X			n.a.	44,5% sexo feminino e 55,5% do sexo masculino
Medida 2 - Facultação de apoio médico no local	X			n.a.	
<b>Piano de Redução de Custos</b>					
Gastos com pessoal	X			-27,46%	Face a 2010
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-33,99%	Face a 2010
<b>Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes</b>					
Nº de efetivos	X			-2	Face a 2010
Nº de cargos dirigentes		X		n.a.	Existência de 1 cargo de direção
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>	X			96,12%	

17

MCI

## VII. Perspetivas Futuras

A atividade a prosseguir pela EDM e tal como consta do Plano de Atividades para 2013, oportunamente apresentado ao Acionista, traduz-se, a par da atual **vertente de recuperação ambiental** das minas e pedreiras cuja renovação por 4 anos do contrato de concessão proporciona uma consolidação das perspetivas de atuação futura, no prosseguimento da nova área estratégica da EDM centrada na temática dos **Recursos Minerais** reativada em 2010 de forma mais consolidada, com o objetivo de colocar a EDM a participar de forma efetiva e consistente em ações de prospeção e pesquisa e de exploração tanto no país como nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujos projetos atualmente em desenvolvimento garantem uma relativa probabilidade de atuação rentável.

Neste contexto a estratégia a desenvolver visa a consecução dos seguintes **objetivos**:

- Consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio técnico-ambiental;
- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão.

As linhas de desenvolvimento a adotar que materializam a estratégia aprovada, inserem-se no âmbito da **missão da empresa** que, recorde-se, contempla duas dimensões: uma associada à *recuperação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas* incluindo a monitorização e controle dos efluentes, em especial os das antigas minas de urânio, de modo a cumprir as normas internacionais que regulam o setor; e outra orientada *para a maximização do conhecimento dos recursos minerais do País*, e para a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e criar valor para o acionista.

Para além disso essas linhas de desenvolvimento enquadram-se na “**Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos**”, aprovada pela RCM nº78/2012, de 11 de setembro, que estabelece uma visão para o futuro com o objetivo de passar a ter um setor mineiro:

- A. *Dinâmico*, que garanta a captação e a realização de investimento e uma exploração adequada dos recursos;
- B. *Sustentável*, no plano económico, social e ambiental;
- C. *Que promova o crescimento da economia nacional*, através da garantia de abastecimento de matérias-primas essenciais e do reforço da sua importância no Produto Interno Bruto nacional e nas exportações;

MS

- D. *Que promova o desenvolvimento regional*, garantido retorno e emprego para as populações locais e assegurando o desenvolvimento das comunidades onde se insere.

A publicação desta Resolução do Conselho de Ministros é um passo de carácter estrutural que permitirá à indústria mineira retornar a colocar-se como um garante do desenvolvimento económico sustentável e voltar a assumir um papel de relevância na criação de riqueza, e em consonância com as políticas europeias que tem apostado no aproveitamento dos recursos endógenos dos países e da própria União Europeia.

As **linhas a desenvolver, no horizonte 2012/2015** são as seguintes agrupadas pelas 3 principais áreas de atuação da empresa:

– **No domínio técnico-ambiental:**

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras, de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Identificar novos projetos e respetiva caracterização, designadamente em resposta a situações que venham a ser inventariadas;
- Acompanhar iniciativas de parcerias a nível nacional e externo;
- Promover a valorização económica das áreas recuperadas, por via do envolvimento de entidades e associações locais;
- Promover a inclusão de novas candidaturas no Novo Quadro Estratégico Europeu, 2014-2020.

– **No domínio dos Recursos Minerais:**

- Promover o reforço da intervenção na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
- Desenvolver iniciativas de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na

107  
110



avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;

- Promover a celebração de convénios, designadamente com universidades, orientados para a realização de projetos de I&D sobre novas técnicas de tratamento de minérios;
- Dinamizar iniciativas empresariais no exterior com prioridade para projetos de prospeção e pesquisa e de valorização económica nos países da CPLP;
- Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
- Participar em ações de promoção do património geológico-mineiro nacional.

– **No domínio da estrutura e da organização da empresa:**

- Melhorar a organização introduzindo as “melhores práticas” de gestão;
- Otimizar a gestão dos ativos;
- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

Neste contexto e tendo em conta as condicionantes relativas à afetação de recursos nacionais, que importa ponderar, prevê-se que em 2013/2015 os **investimentos da EDM** possam ascender a €42.612 milhões, financiados por €20.443 milhões de fundos comunitários, €10.672 milhões de fundos nacionais (Despacho SEAll nº 88/2008), €6.690 milhões do protocolo da DGEG e €4.807 milhões por meios próprios.

**Relativamente a 2013 o volume de investimentos** previsto ascende a € 13.369.000,00, repartido conforme se segue:

- Técnico-ambiental – € 10.164.000,00;
- Recursos minerais – € 3.205.000,00;

M  
MS  
\*



**As fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos em 2013 e respetivas contribuições são as seguintes:

- Fundos comunitários (QREN) – € 5.820.000,00
- Fundos nacionais Desp. SEAll n.º88/2008 e out. apoios – € 3.065.000,00
- Protocolo com a DGGE – € 2.630.000,00
- Meios Próprios – € 1.854.000,00

Neste enquadramento prevê-se que a EDM reforce o seu posicionamento quer no domínio técnico-ambiental quer no dos recursos minerais, assumindo-se como um **centro de competências** capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.

MS  
+

## VIII. Proposta de Aplicação de Resultados

Atendendo ao previsto na lei e nos estatutos e considerando a existência de “Resultados Transitados” negativos no valor de 904.082,65 euros (novecentos e quatro mil e oitenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) decorrentes da contabilização do pagamento ao Estado do valor de IVA referente a processos dos anos de 1988/1992, exigido pela Autoridade Tributária e Aduaneira em maio de 2012, o Conselho de Administração **propõe que o Resultado Líquido do exercício**, no montante de 900.804,88 euros (novecentos mil oitocentos e quatro euros e oitenta e oito cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Transferência para “Resultados Transitados”: 900.804,88 euros (novecentos mil oitocentos e quatro euros e oitenta e oito cêntimos).

MU  
27  
JK

## IX. Agradecimentos

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, em particular a DGEG, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2012, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho. Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração



Rui da Silva Rodrigues, Presidente



Mário Jorge Ferreira Guedes, Vice-Presidente



José Manuel Gaspar Nero, Vogal

## Contas do Exercício de 2012

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações ao Capital Próprio
- Anexo às Demonstrações Financeiras do exercício de 2012

MOS  
17  
OP  
[Handwritten signature]



## EDM-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, SA

<b>BALANÇO</b>			
Euros			
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	936.858,97	994.914,54
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	7	2.665.364,21	3.777.901,82
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	954.815,63	925.814,30
Participações financeiras - outros métodos	8	651.657,46	51.657,46
Accionistas/sócios	9	5.898.520,65	6.166.757,55
Outros activos financeiros	10	3.311.269,53	3.567.549,81
Activos por impostos diferidos	11	432.481,85	458.922,24
		<b>14.850.968,30</b>	<b>15.943.517,72</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	12	13.731.185,00	0,00
Clientes	13	128.866,85	253.336,88
Adiantamento a fornecedores		1.927,54	177,18
Estado e outros entes públicos	14	149.979,53	147.569,57
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	15	2.668.161,27	3.645.369,15
Diferimentos	16	34.164,45	79.506,24
Activos financeiros detidos para negociação	17	0,00	2.600.000,00
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	18	41.607.013,74	36.573.855,10
		<b>58.321.298,38</b>	<b>43.299.814,12</b>
<b>Total do activo</b>		<b>73.172.266,68</b>	<b>59.243.331,84</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	19	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	20	13.731.185,00	0,00
Reservas legais	21	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	22	2.766.104,97	2.195.941,85
Resultados transitados	23	-904.082,65	94.944,34
Ajustamentos em activos financeiros	24	-499.512,95	-499.512,95
Excedente de revalorização	25	1.843.212,34	1.843.212,34
Outras variações no capital próprio			
		<b>52.936.906,71</b>	<b>39.634.585,58</b>
Resultado líquido do período		900.804,88	1.140.326,25
		<b>53.837.711,59</b>	<b>40.774.911,83</b>
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>53.837.711,59</b>	<b>40.774.911,83</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	26	2.048.866,00	2.199.081,31
Financiamentos obtidos	27	6.227,99	36.883,54
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	28	214.643,30	210.103,80
		<b>2.269.737,29</b>	<b>2.446.068,65</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	29	453.787,94	979.298,76
Adiantamento de clientes		4.428,00	861,00
Estado e outros entes públicos	14	92.553,60	220.167,10
Acionistas/sócios		0,00	
Financiamentos obtidos	27	29.714,23	34.588,95
Outras contas a pagar	28	16.483.433,45	14.787.140,65
Diferimentos	16	900,58	294,90
		<b>17.064.817,80</b>	<b>16.022.351,36</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>19.334.555,09</b>	<b>18.468.420,01</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>73.172.266,68</b>	<b>59.243.331,84</b>

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

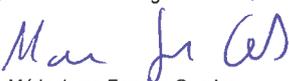
Técnico Oficial de Contas



António Serrano



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	30	100.863,69	202.082,97
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade	31	683.313,04	737.008,27
Fornecimento e serviços externos	32	-520.452,52	-580.500,83
Gastos com o pessoal	33	-1.003.420,19	-1.125.720,94
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumento/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de invest.não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	34	0,00	-159.615,33
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	36	1.296.434,93	1.535.824,23
Outros gastos e perdas	37	-209.317,58	-170.637,22
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>347.421,37</b>	<b>438.441,15</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	-76.885,89	-89.896,30
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>270.535,48</b>	<b>348.544,85</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	39	741.311,69	816.980,98
Juros e gastos similares suportados	40	-21.361,00	-3.965,14
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>990.486,17</b>	<b>1.161.560,69</b>
Imposto sobre o rendimento do período	41	-89.681,29	-21.234,44
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>900.804,88</b>	<b>1.140.326,25</b>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		900.804,88	1.140.326,25
Interesses minoritários		900.804,88	1.140.326,25
Resultado por acção básico		0,1501	0,1901

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Técnico Oficial de Contas



António Serrano



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Euros

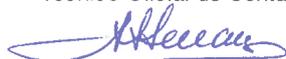
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	30	100.863,69	202.082,97
Custo das vendas e dos serviços prestados		-49.686,33	-62.240,16
<b>Resultado bruto</b>		51.177,36	139.842,81
Outros rendimentos	31,36	1.979.747,97	2.272.832,50
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-1.551.072,27	-1.893.493,24
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos e perdas	37	-209.317,58	-170.637,22
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		270.535,48	348.544,85
Gastos de financiamento (líquidos)	39,40	719.950,69	813.015,84
<b>Resultado antes de impostos</b>		990.486,17	1.161.560,69
Imposto sobre o rendimento do período	41	-89.681,29	-21.234,44
<b>Resultado líquido do período</b>		900.804,88	1.140.326,25

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
---	--	--	--

<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b> Detentores do capital da empresa-mãe Interesses minoritários		900.804,88	1.140.326,25
		900.804,88	1.140.326,25

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Técnico Oficial de Contas



António Serrano



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

## EDM-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO, SA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
RUBRICAS	Notas	Euros	
		Periodos	
		2012	2011
Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método directo			
<b>Recebimentos de clientes</b>		779.410,49	317.260,13
<b>Pagamentos a fornecedores</b>		-551.724,93	-696.661,13
<b>Pagamentos ao pessoal</b>		-1.005.568,07	-1.129.631,53
Caixa gerada pelas operações		-777.882,51	-1.509.032,53
<b>Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento</b>		-98.904,66	-59.653,90
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		-1.761.550,98	-191.365,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2.638.338,15	-1.760.052,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-11.246,56	-24.345,21
Activos intangíveis		-9.274.319,32	-6.925.696,52
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		-161.636,03	-50.000,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		14.440.686,58	12.732.722,05
Outros activos		2.380.000,00	2.250.000,00
Subsidios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		925.066,52	740.546,10
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		8.298.551,19	8.723.226,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-21.361,00	-3.965,14
Dividendos	5	-570.163,13	-130.694,01
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-35.530,27	-53.192,75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		-627.054,40	-187.851,90
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		5.033.158,64	6.775.322,50
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		36.573.855,10	29.798.532,60
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		41.607.013,74	36.573.855,10

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Técnico Oficial de Contas



António Serrano



Rui da Silva Rodrigues



Mário Jorge Ferreira Guedes



Jose Manuel Gaspar Nero

2011

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transf. em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício		Total	Interesses minoritários			
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2011	1	30.000.000				6.000.000	3.747.052	97.014	254.859	161.408				261.388	40.521.721		40.521.721
ALTERAÇÕES DO PERÍODO																	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras																	
Realização do exced. de revalor. de activos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalor. de activos fixos tang. e intang. e respec. variações																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
	2	0				0	130.694	-2.069	-754.372	0				-130.694	-756.441		-756.441
	3													1.140.326			1.140.326
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO														1.009.632			383.885
RESULTADO INTEGRAL	4-2+3																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realização de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para coberturas de perdas																	
Outras operações																	
	5													-130.694			-130.694
	6=1+2+3+4+5	30.000.000	0	0	0	6.000.000	3.877.746	94.945	-499.513	161.408				1.140.326	40.774.912	0	40.774.912
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2011																	

2012

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transf. em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício		Total	Interesses minoritários			
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2012	1	30.000.000				6.000.000	3.877.746	94.945	-499.513	161.408				1.140.326	40.774.912		40.774.912
ALTERAÇÕES DO PERÍODO																	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras																	
Realização do exced. de revalor. de activos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalor. de activos fixos tang. e intang. e respec. variações																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
	2	0				0	-1.111.642	-999.027	1.681.805	0				-570.163	12.732.158	0	0
	3													-570.163	12.732.158	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO														900.805	900.805		900.805
RESULTADO INTEGRAL	4-2+3													330.642	330.642		330.642
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realização de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para coberturas de perdas																	
Outras operações																	
	5													-570.163	-570.163		-570.163
	6=1+2+3+4+5	30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	2.766.104	904.082	-499.513	1.843.213				900.805	53.837.712		53.837.712
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2012																	

Handwritten signatures and initials, including 'edm' logo.

# Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012

## 1. Identificação

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1- 3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

## 2. Referencial Contabilístico

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM - e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado) à EDM pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2011, de 6 de Julho - encontramos-nos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de participações públicas para investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação do previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos



de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento (ativos intangíveis), embora não enquadrável no normativo contabilístico atualmente aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'MG'.



As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

### **Ativos intangíveis**

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos dispêndios/gastos de investimento (vide nota 2.2. anterior).

### **Investimentos em empresas subsidiárias**

O investimento da EDM na sua única empresa participada está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi contabilizada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

### **Inventários**

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais, e fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas, (observatório de preços do EURATOM).



## Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

## Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

A empresa passou a reconhecer no exercício, como outros investimentos financeiros, um montante de €600.000,00. Aplicada em obrigações subordinadas da Caixa Geral de Depósitos. No exercício anterior este montante estava reconhecido em Caixa e Depósitos Bancários.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

MU  
107  
+  
edp



## **Impostos correntes e diferidos**

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

## **Loações**

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

## **Reconhecimento do rédito**

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA),



abatimentos e descontos. A Empresa reconhece crédito quando o montante do crédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

### **Benefícios a empregados**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento. De acordo com o artigo 21º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Orçamento de Estado para 2012, o pagamento dos subsídios de férias e de Natal foram suspensos, para vencimentos base acima de €1.100,00. Para vencimentos entre €600,00 e €1.100,00, o valor é reduzido progressivamente.

### **Provisões**

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

### **Juros**

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '27' at the top right, 'UC' below it, and a signature 'CP' at the bottom left of the signature area.



## Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

## 4. Fluxos de Caixa

euros

	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-2.638.338,15	-1.760.052,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento	8.298.551,19	8.723.226,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	-627.054,40	-187.851,90
Variação de caixa e seus equivalentes	5.033.158,64	6.775.322,50
Caixa e seus equivalentes no início do período	36.573.855,10	29.798.532,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	41.607.013,74	36.573.855,10

## 5. Partes Relacionadas

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Em 2012 foram pagos dividendos no montante de € 570.163,13.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projectos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de €500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2012 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados Líquidos -	€29.001,33
Ativo Líquido -	€6.969.164,53
Capital Próprio -	€954.815,63

À data de 31 de dezembro de 2012 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no valor de €5.898.520,65.

Os membros do Conselho de Administração da EDMI não auferiram quaisquer remunerações ou benefícios durante o ano de 2012. A fiscalização é assegurada pelo Fiscal Único, cuja remuneração no ano de 2012 foi de €5.820,00 e consta do Relatório do Conselho de Administração.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## 6. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos da rubrica de cativos fixos tangíveis durante o ano de 2012, em base individual, são analisados como segue:

euros						
Activos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	324.781,15		1,00			324.782,15
Edifícios outras construções	807.752,65					807.752,65
Equipamento básico	115.204,18					115.204,18
Equipamento transporte	285.010,17					285.010,17
Ferramentas e utensilios	2.592,55					2.592,55
Equipamento administrativo	437.200,93		4.789,16			441.990,09
Outros activos tangíveis	106.937,85		14.040,16			120.978,01
Activos fixos tangíveis curso						
Total	2.079.479,48	0,00	18.830,32	0,00	0,00	2.098.309,80

## Depreciações acumuladas

euros

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversão	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios outras construções	363.700,69	11.027,41		374.728,10
Equipamento básico	31.024,13	10.182,83		41.206,96
Equipamento transporte	227.708,79	29.369,14		257.077,93
Ferramentas e utensilios	2.592,55	0,00		2.592,55
Equipamento administrativo	383.200,24	8.457,82		391.658,06
Outros activos tangíveis	76.338,54	17.848,69		94.187,23
Total	1.084.564,94	76.885,89	0,00	1.161.450,83

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161 407,55.

## 7. Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os projectos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2. e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2012, são analisados como segue:

MS  
MS



euros

Activos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	2.919.821,37	8.278.529,97		-9.655.791,12	1.542.560,22
Projectos Protocolo	0,00	1.207.400,27		-1.207.400,27	0,00
Projecto Gavião e Outros	858.080,45	264.723,54			1.122.803,99
<b>Total</b>	<b>3.777.901,82</b>	<b>9.750.653,78</b>	<b>0,00</b>	<b>-10.863.191,39</b>	<b>2.665.364,21</b>

## 8. Participações financeiras

A participação financeira na EDM I está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

euros

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustam	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	925.814,30	29.001,33			954.815,63
Titulos e outras aplic.fananc.	51.657,46		600.000,00		651.657,46
<b>Total</b>	<b>977.471,76</b>	<b>29.001,33</b>	<b>600.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.606.473,09</b>

## 9. Acionistas

O saldo desta conta refere-se a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDM I. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDM I assegura, no essencial, a dívida à EDM I.

## 10. Outros ativos financeiros

euros

	2012	2011
Contrato cessão créditos	0,00	256.280,28
Despacho 496/2004 SEAME-XV	3.311.269,53	3.311.269,53
IVA		
Provisão		
<b>Total</b>	<b>3.311.269,53</b>	<b>3.567.549,81</b>

**11. Ativos e passivos por impostos diferidos**

euros

	2012	2011
Activos por impostos diferidos	432.481,85	458.922,24
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.632.007,00	1.782.222,31
Taxa: IRC - 25%	408.001,75	445.555,58
Taxa: Derrama - 1,50%	24.480,10	13.366,66

**12. Inventários-Mercadorias**

Os inventários de mercadorias, no montante de € 13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artº 15º do Decreto Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais.

**13. Clientes**

euros

	2012	2011
Clientes c/corrente	128.866,85	253.336,88
Total	128.866,85	253.336,88

**14. Estado e outros entes públicos**

Os saldos das contas à data de 31 de Dezembro de 2012 são os seguintes:

euros

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC	8.188,71	
IRC a recuperar	141.790,82	
Retenções impostos s/ rendimento		11.265,91
IVA		64.518,89
Contribuições segurança social e outros		15.805,90
Outras tributações		962,90
Total	149.979,53	92.553,60

**15. Outras contas a receber**

euros

	2012	2011
Juros a receber	220.660,18	378.786,68
Devedores diversos	359.134,99	425.513,33
Entidades financiadoras de projectos	2.081.854,01	2.837.756,57
Devedores diversos cauções	6.512,09	3.312,57
<b>Total</b>	<b>2.668.161,27</b>	<b>3.645.369,15</b>

**16. Diferimentos**

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 34.164,45 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de € 900,58.

**17. Ativos financeiros detidos para negociação**

euros

	2012	2011
Obrigações do Tesouro		2.000.000,00
Obrigações CGD	0,00	600.000,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2.600.000,00</b>

O valor das obrigações CGD, € 600.000,00 foi reclassificado em Outras Participações Financeiras.

**18. Caixa e depósitos bancários**

euros

	2012	2011
Caixa	5.000,00	5.000,00
Depósitos à ordem	1.836.504,28	6.503.345,64
Outros depósitos bancários	39.765.509,46	30.065.509,46
<b>Total</b>	<b>41.607.013,74</b>	<b>36.573.855,10</b>

## 19. Capital Social

O capital social da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

## 20. Outros instrumentos de capital próprio

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para EDM nos termos do Decreto Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feito a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da sociedade. O valor desta prestação foi fixado em € 13.731.185,00 conforme relatório elaborado nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais.

## 21. Reserva legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6 000 000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

## 22. Outras reservas

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

### **23. Resultados transitados**

Os resultados transitados apresentam um saldo negativo de € 904.082,65, resultante essencialmente da contabilização dos valores respeitantes aos processos de IVA dos anos de 1988/92, entretanto pagos ao Estado.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

### **24. Ajustamentos em ativos financeiros**

O valor negativo de € 499.512,95 corresponde a ajustamento decorrentes do método de equivalência patrimonial.

### **25. Excedente de revalorização**

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161 407,55. Este movimento consta no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

### **26. Provisões**

Nesta conta encontram-se registados:

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Provisão relativa ao processo a correr no Tribunal de Pinhel;

Handwritten notes and signatures: "MA" and a signature, with a checkmark above.



- Foram feitas em 2011 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos efetuados, pela atualização do valor das pensões a pagar bem como por transferência de provisão para imparidades.

euros

	2012
Saldo inicial	2.199.081,31
Regularizações	150.215,31
Reforço	0,00
Saldo final	2.048.866,00

## 27. Financiamentos obtidos

O montante de € 35.942,22 relativo a financiamentos obtidos diz respeito ao valor das rendas de locações financeiras, sendo € 6.227,99 a pagar a mais de 12 meses incluído no passivo não corrente e € 29.714,23 a pagar em 2013.

## 28. Outras contas a pagar

euros

	2012	2011
Remunerações a liquidar	58.157,63	56.973,74
Outros acréscimos custos	5.166,52	4.337,20
Credores diversos (a)	1.917.820,89	14.493,51
Verbas recebidas para investimentos a realizar	14.502.288,41	14.711.336,20
Total	16.483.433,45	14.787.140,65

(a) Inclui adiantamentos relativos ao mecanismo automático de top up do QREN no valor de €1.874.280,91, a regularizar nos últimos pedidos de pagamento

Acresce aos valores acima indicados o montante de € 214.643,30 em passivo não corrente.

## 29. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

euros

	2012	2011
Fornecedores c/correntes	453.787,94	979.298,76
Total	453.787,94	979.298,76

**30. Vendas e serviços prestados**

Os serviços prestados foram para o mercado nacional.

	<i>euros</i>	
	2012	2011
Prestação de serviços	100.863,69	202.082,97
Total	100.863,69	202.082,97

**31. Trabalhos para a própria entidade**

	<i>euros</i>	
	2012	2011
Investimento no âmbito ambiental	588.133,93	499.696,09
Projectos protocolo	95.179,11	237.312,18
Total	683.313,04	737.008,27

**32. Fornecimentos e serviços externos**

	<i>euros</i>	
	2012	2011
Trabalhos especializados	137.312,91	167.588,45
Honorários	14.052,40	10.706,21
Energia e Fluidos	67.375,97	75.140,52
Vigilância e segurança	69.761,83	62.644,91
Comunicação	37.271,68	45.496,61
Outros Fornecimentos e serviços	31.409,06	50.038,06
Materiais	19.010,20	22.468,36
Rendas e Alugueres	34.554,33	25.610,36
Seguros	21.848,00	29.207,32
Deslocações e estadas	17.202,21	18.749,86
Conservação e reparação	41.575,37	31.954,26
Outros diversos	29.078,56	40.895,91
Total	520.452,52	580.500,83

OP MUS

**33. Gastos com pessoal**

euros

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	204.129,23	234.350,99
Remunerações do pessoal	508.690,96	576.701,93
Encargos sobre remunerações	144.329,84	165.253,08
Indemnizações cessação contrato	3.999,60	
Benefícios pós emprego	54.057,05	63.447,54
Seguro acidentes de trabalho	15.031,09	18.107,71
Gastos de acção social	41.151,80	40.059,07
Outros gastos	32.030,62	27.800,62
<b>Total</b>	<b>1.003.420,19</b>	<b>1.125.720,94</b>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2012 foi de 19 empregados, dos quais 1 se encontra em regime de cedência, 3 Administradores e Fiscal Único.

**34. Imparidade de dívidas a receber**

euros

	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	378.675,91	378.675,91	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,39	159.615,39	0,00
<b>Total</b>	<b>751.081,78</b>	<b>751.081,78</b>	<b>0,00</b>

**35. Provisões**

No exercício de 2010 foi feito o reforço da provisão relativa ao processo que corre no Tribunal de Pinhel no montante de 316 859,00, adiante relatado.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'C'.



**36. Outros rendimentos e ganhos**

euros

	2012	2011
Rendimentos suplementares	57.760,30	153.330,48
Descontos obtidos	305,40	
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	29.001,33	45.335,94
Rendimentos e ganhos restantes activos financeiros (a)	1.080.013,14	1.080.010,07
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	124,77	1.971,23
Outros proveitos e ganhos operacionais	129.229,99	255.176,71
<b>Total</b>	<b>1.296.434,93</b>	<b>1.535.824,43</b>

(a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato anterior (2007-2009) apresentado pela EDM em 29 de Junho de 2007, o montante de "capital afeto à recuperação ambiental", foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de Julho de 2007.

**37. Outros gastos e perdas**

euros

	2012	2011
Impostos directos	10.854,35	9.418,00
Impostos indirectos	1.198,52	1.320,38
Taxas	3.671,80	1.472,05
Gastos e perdas em participadas		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	193.592,91	158.426,79
<b>Total</b>	<b>209.317,58</b>	<b>170.637,22</b>

**38. Gastos de depreciação e amortização**

euros

<b>Activos tangíveis</b>	2012	2011
Edifícios e outras construções	11.027,41	11.619,18
Equipamento básico	10.182,83	10.176,91
Equipamento de transporte	29.369,14	42.237,14
Equipamento administrativo	8.457,82	8.279,42
Outros activos tangíveis	17.848,69	17.583,65
<b>Total</b>	<b>76.885,89</b>	<b>89.896,30</b>

Handwritten signatures and initials: "M", "MCS", and a large signature.

**39. Juros e outros rendimentos similares**

euros

	2012	2011
Juros obtidos	741.311,69	816.980,98
Dividendos obtidos		
Outros		
<b>Total</b>	<b>741.311,69</b>	<b>816.980,98</b>

**40. Juros e gastos similares suportados**

euros

	2012	2011
Juros suportados	2.351,77	3.965,14
Diferenças de câmbio desfavoráveis	336,70	
Outros	18.672,53	
<b>Total</b>	<b>21.361,00</b>	<b>3.965,14</b>

**41. Imposto sobre o rendimento**

euros

	2012	2011
IRC	63.078,40	
Tributação autónoma	11.464,08	11.698,68
Derrama	15.138,81	9.535,76
<b>Total</b>	<b>89.681,29</b>	<b>21.234,44</b>

**42. Compromissos**

Durante o exercício de 2012 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de € 54.057,05. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de Outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em Maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2012 a empresa tinha assumido responsabilidades por avales e garantias prestadas, como segue:



**Em nome da EDM**

- a) Aval prestado à CGD, referente a duas garantias bancárias prestadas à participada EDMI, a favor da Câmara Municipal de Aljustrel, no montante atual de € 101807,86;
- b) Garantias bancárias:
- Ministério da Economia nº 914/004203/282/0019 15 079,00
  - À EDP, SA nº 9140/031670/993 6 278,00

**Em nome da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA:**

Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	6 484,37
Ministério da Economia	897,84
Ministério da Economia	14 963,94
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	6 234,97
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96

**43. Outras divulgações – Processos em Tribunal**

Em 31 de Dezembro de 2012 a Empresa era interveniente no seguinte processo:

- O processo nº 208/08, que corre no Tribunal Judicial da Comarca de Pinhel, diz respeito a um pedido de indemnização motivado por morte em acidente de caça ocorrido num terreno, situado numa área onde as ex-JEN e ENU desenvolveram atividade mineira até 1982. A EDM é ré, conjuntamente com a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eufémia, proprietária do referido terreno. Relativamente a este processo, relativamente ao qual é solicitada uma indemnização de € 416 859,00, havia já sido constituída em 2009 uma provisão no montante de € 100 000,00. A EDM



considerou dever provisionar a totalidade do montante em causa no exercício de 2010.

Em Junho de 2011 o Tribunal declarou improcedente a ação e em consequência absolveu a EDM do pedido de indemnização. Em 6 de Julho de 2011 os autores da ação interpuseram recurso de apelação para o Tribunal da Relação de Coimbra aguardando-se a pronúncia do mesmo. Em 25 de maio de 2012 a Relação revogou a sentença do tribunal de Pinhel e condenou as Rés a pagarem solidariamente a quantia global de €249.280,00. A EDM recorreu desta sentença para o Supremo Tribunal de Justiça com vista a obter a sua revogação e a absolvição da EDM. Já em janeiro de 2013 o Supremo Tribunal de Justiça proferiu Acórdão tendo decidido anular o Acórdão da Relação de Coimbra tendo ordenado a este Tribunal que amplie a matéria de facto submetida a julgamento considerando diversa factualidade alegada pela EDM e que aquele Tribunal não tinha considerado relevante. Assim, abrem-se novas possibilidades de a EDM fazer valer a sua posição.

- Por último é de referir a evolução dos processos de contencioso sobre IVA a pagar ao Estado que teve origem numa liquidação adicional de IVA relativa ao imposto de 1988 a 1992 (em conjunto com 5 outros processos decididos, em tribunal no todo ou em parte a favor da EDM) baseado numa interpretação da administração fiscal diferente da utilizada pela empresa no que concerne ao tipo de operações enquadráveis em sede de IVA.

Após ter sido dado por extinto pela DGCI no início de 2010, a decisão foi posteriormente revogada pela Direção de Finanças em julho de 2010, tendo a Empresa interposto os recursos hierárquicos e deduzida oposição em Tribunal, com a prestação de novas garantias bancárias. As decisões não foram favoráveis e a EDM foi compelida a efetuar o pagamento do montante global de €972.586,60, sob pena de serem acionadas as garantias bancárias. Após uma reclamação decidida contra a EDM foi apresentado recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo que, já em 2013, veio decidir a favor da EDM determinando a repetição do julgamento no Tribunal Tributário de Lisboa.

MCA





#### 44. Outras divulgações – Concessão para a recuperação ambiental

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de Julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de Dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos. Em 21 de agosto de 2012 foi assinada renovação do contrato de concessão por mais 4 anos.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.353,26	8.913.965,42

euros

M

M



As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projectos da Concessão e as verbas do Protocolo de Cooperação entre a DGEG e a EDM estão consideradas no passivo em outras contas a pagar como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projectos nele contemplados (nomeadamente os projectos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.

#### **45. Acontecimentos após a data do balanço**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2013.

Handwritten signature and initials in blue ink.



R. Sampaio e Pina, nº 1 - 3º Dtº, 1070-248 Lisboa, PORTUGAL  
Tel: (+351) 213 859 121 - Fax: (+351) 213 856 344 - E-mail: edm.mineira@edm.pt  
www.edm.pt



Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA



**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

**Exercício de 2012**

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Fiscal Único da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2012, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. O Fiscal Único acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da EDM, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, que inclui 3 Ênfases, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração descreve a forma como se desenvolveu a actividade ao longo do exercício e os principais factores que estiveram na origem dos resultados alcançados.
6. Foram seguidos os princípios orientadores constantes no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, extensivo ao cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE e, designadamente, à observância da matéria relativa às reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

7. A actividade da EDM no decorrer do ano de 2012, caracterizou-se por um bom desempenho global, sendo de salientar:
- assinatura em 21 de Agosto de 2012 do contrato que estabelece a prorrogação do contrato de concessão por mais 4 anos, consolidando em termos formais a actividade da EDM;
  - o desenvolvimento de trabalhos de prospecção e pesquisa em 3 áreas contratadas com o Estado (Pingarela, Argozelo e Monte das Mesas); e
  - os investimentos realizados no âmbito da segurança, recuperação de solos, pedreiras abandonadas e manutenção de áreas mineiras degradadas no valor de 734.421 euros.
8. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:
- a obtenção de um resultado líquido positivo de 900.805 euros;
  - a redução de 60.048 euros (10%) e 122.301 euros (11%) nos fornecimentos e serviços externos e nos gastos com pessoal, respectivamente, quando comparados com igual período de 2011;
  - o peso dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que representam cerca de 79% do total dos gastos globais;
  - a obtenção de um resultado operacional de 270,5 mil euros, registando um decréscimo relativamente ao exercício anterior no valor de 78 mil euros;
  - os rendimentos totais da EDM registaram uma diminuição de cerca de 14%, em relação aos valores de 2011, tendo os gastos globais registado um decréscimo de apenas 11%;
  - o “*cash-flow*” gerado de 977.691 euros;
  - a realização de investimentos acumulados no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de 8.278 milhões de euros;
  - o recebimento acumulado do montante de 6.654 milhões de euros referente a investimentos elegíveis dos projectos de recuperação ambiental;
  - o recebimento de 1.949.454 euros a título de adiantamento por parte do QREN, referente ao financiamento de projectos;
  - até finais de 2012, registam-se investimentos de prospecção e pesquisa no domínio dos recursos minerais no valor de 1.122.804 euros, nomeadamente no jazigo do Gavião, Gralheira/Jales, Argozelo, Pingarela e Monte das Mesas;
  - Reforço dos Capitais Próprios em 13.731.185 euros, mediante a realização de prestações acessórias de capital do Estado, pela transferência para a EDM dos activos de urânio do LNEG; e

- Distribuição de dividendos ao accionista da EDM no valor de 570.163 euros.
9. Face ao exposto, e como consequência das análises desenvolvidas no decorrer do exercício, o Fiscal Único, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da Empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, e tendo presente as perspectivas da actividade que se antevêm para o ano de 2013, é de

**PARECER**

- a) que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2012;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 900.804,88 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2013

**O FISCAL ÚNICO**



**Joaquim Patrício da Silva**

(ROC n.º 320)

em representação de

**PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Exercício de 2012

#### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de balanço de 73.172.267 euros e um total de capital próprio de 53.837.712 euros, incluindo um resultado líquido de 900.805 euros) a Demonstração de resultados por natureza, a Demonstração de resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos, foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- . a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - . a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - . a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

## ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os seguintes pontos:
- 9.1.** Em conformidade com a deliberação do Estado, foi concretizada em 2005, a fusão da EXMIN na EDM, tendo transitado para esta empresa a Concessão atribuída pelo Estado à ex-EXMIN de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas. De acordo com o Despacho SEAME-XV n.º 496/2004, de 9 de Julho, até à definição pelo Concedente da forma como certas despesas seriam financiadas e face à necessidade de reunião de fundos para cumprimento dos objectivos do Contrato de Concessão, a EDM disponibilizou à ex-EXMIN, por conta do Concedente, verbas afectas a despesas suportadas até ao final de 2004, no valor de 3.311.270 euros, referentes à remuneração do capital afecto à Concessão e a investimentos efectuados, considerados não elegíveis pelas entidades financiadoras, relativos a IVA e custos directos e indirectos.  
Até à data não foi definido pelo Estado a forma de participação, permanecendo este montante no activo da Empresa.
- 9.2.** O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem até final de 2012, investimentos no valor de 843.263 euros.



**RSM Patrício, Moreira & Valente**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 9.3. Dada a especificidade da actividade da EDM os projectos realizados por conta do Concedente, Estado Português, no âmbito do Contrato de Concessão são registados transitoriamente na conta Activos Intangíveis até transferência, após pedido de reembolso, para Outros Devedores, conforme divulgado nas Notas 2, 3 e 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2013

**Joaquim Patrício da Silva**

(ROC n.º 320)

em representação de

**PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, (adiante também designada por EDM ou Empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de € 73 172 267 e um total de capital próprio de € 53 837 712, incluindo um resultado líquido de € 900 805), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto ao referido nos parágrafos 7 a 9 seguintes, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Reservas

7. A participação financeira e os suprimentos efetuados à EDM I - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, participada responsável pela gestão e valorização do património imobiliário da EDM, ascendem a cerca de € 6 850 000. As características muito específicas de parte do património imobiliário da EDM I, proveniente de empresas mineiras entretanto encerradas, e a atual situação do mercado imobiliário, indicam que o mesmo se encontra em imparidade. Desta forma, na ausência de avaliações (ou de avaliações atualizadas) daquele património que permitam estimar, à data de relato, o montante das respetivas imparidades, não nos é possível quantificar os ajustamentos que seriam necessários efetuar na participação financeira e suprimentos detidos pela EDM na EDM I.

8. O ativo intangível em curso engloba as intervenções incorridas com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Pingarela e Monte das Mesas), os quais visam a determinação da pré-viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os gastos com aqueles trabalhos ascenderam a cerca de € 1 120 000 (2011: € 860 000), sendo que a sua recuperação depende da futura viabilidade e exploração das referidas áreas mineiras.

9. Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e custos incorridos com intervenções efetuadas até 2004, no montante de cerca de € 3 300 000. A anulação, ajustamento ou recuperação deste saldo depende de decisão do Concedente.

#### Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



## Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

11. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitadas à EDM, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

12. Com a liquidação da ex-ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA, a responsabilidade pelos passivos supervenientes da liquidação transitou para a EDM. Os impactos que esta responsabilidade tem vindo a originar e que não são possíveis de prever e quantificar, nomeadamente em termos de reposição ambiental, têm vindo a ser parcialmente enquadrados no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas.



Lisboa, 25 de fevereiro de 2013





## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS**

### **Introdução**

1. Em cumprimento do preceituado no ponto 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, dada a inexistência de membros não executivos dos órgãos de administração, de membros do Conselho Geral e de Supervisão, cumpre ao Órgão de Fiscalização da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** elaborar anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos.

### **Responsabilidades**

2. As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização.
3. A nossa responsabilidade consiste em analisar o relatório de gestão no que se refere ao governo da sociedade onde deve constar os regulamentos internos e externos, uma análise de sustentabilidade e uma avaliação do grau de cumprimento pelos gestores dos princípios de bom governo.

### **Parecer**

4. Com base no trabalho efectuado somos de opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, pode considerar-se adequado tendo por base a forma como foram desenvolvidas as correspondentes acções durante o exercício de 2012, e expressamos uma opinião favorável sobre as estruturas e mecanismos de gestão em vigor na entidade.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2013

### **O FISCAL ÚNICO**

**Joaquim Patrício da Silva**

(ROC n.º 320)

em representação de

**PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21